



Boletim Econômico

Este boletim apresenta um resumo das principais receitas do Estado de Goiás, incluindo a Receita Corrente Líquida, a Receita Total, a Arrecadação Bruta, a Execução Orçamentária e o Resultados Orçamentário.

Atualizado no mês desta edição.

Edição de fevereiro de 2026



A edição de fevereiro de 2026 apresenta os principais destaques da arrecadação estadual, com foco no desempenho do ICMS por setores macroeconômicos, além dos resultados do IPVA, ITCD, PROTEGE, FUNDEINFRA e das Transferências Constitucionais.

No campo das despesas, o boletim detalha a execução orçamentária, contemplando as etapas de dotação, empenho, liquidação e pagamento, bem como a distribuição por grupos de despesa e funções econômicas.

Em fevereiro de 2026, o Estado de Goiás registrou uma Receita Total acumulada de R\$ 8,41 bilhões, resultado que representa um crescimento de 7,94% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período, as despesas liquidadas somaram R\$ 7,14 bilhões, gerando um Resultado Orçamentário de R\$ 1,26 bilhão.

A Receita Corrente Líquida acumulada em 12 meses atingiu R\$ 45,93 bilhões, representando um crescimento de 6,73%.

Francisco Sérvulo Freire Nogueira
Secretário de Estado da Economia

SUMÁRIO

1. Receita Orçamentária	7
1.1 Receita Total (RT)	8
1.2 Transferências Correntes	10
2. Arrecadação Tributária	11
2.1 Arrecadação bruta do ICMS	12
2.2 Análise por Setor	13
2.3 Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4 Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5 Recuperação de Créditos	22
2.6 Arrecadação do PROTEGE	24
2.7 Arrecadação do FUNDEINFRA	25



SUMÁRIO

3. Execução Orçamentária	25
3.1 Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2 Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3 Despesa Liquidada	30
3.4 Mínimos Constitucionais	31
4. Principais Resultados	33
4.1 Resultado Orçamentário	34
4.2 Resultado Primário	35
4.3 Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4 Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5 Disponibilidade de Caixa	38



Desempenho da Receita Estadual em fevereiro de 2026

O Estado de Goiás registrou uma receita total de R\$ 8,41 bilhões em janeiro e fevereiro de 2026, representando um crescimento de 7,94% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando as Receitas Orçamentárias Líquidas, após as transferências para os municípios e para o FUNDEB, o ICMS apresentou um aumento de R\$ 497,89 milhões (18,59%) na comparação com o mesmo período de 2025. As receitas do IPVA registraram um crescimento acumulado de R\$ 19,67 milhões (7,81%), enquanto o ITCD apresentou uma queda de arrecadação de R\$ -35,70 milhões (-28,51%).

Elevação das transferências correntes

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de receita oriundas de transferências correntes do Governo Federal. No acumulado de janeiro e fevereiro de 2026, o FPE registrou montante de R\$ 978,91 milhões, enquanto o FUNDEB acumulou R\$ 934,92 milhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de 13,26% e o FUNDEB aumento de 33,40%.

Arrecadação bruta em fevereiro de 2026

A arrecadação bruta do ICMS em janeiro e fevereiro de 2026 apresentou um crescimento de 17,30% em relação ao mesmo período de 2025, alcançando R\$ 5,28 bilhões, contra R\$ 4,50 bilhões do ano anterior. Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pelos seguintes setores: Combustíveis, que apresentou aumento de R\$ 468,24 milhões, devido à alteração no calendário de pagamentos dos contribuintes, à atualização das alíquotas ad rem do ICMS monofásico e à evolução dos volumes comercializados; Energia Elétrica, a arrecadação registrou incremento de **R\$ 159,40 milhões**, influenciado por fatores como o reajuste tarifário e os efeitos do programa “Negocie Já II”; e Comunicação (+41,27%), influenciado pela alteração na IN 155/94.

Destaque na arrecadação bruta do IPVA, ITCD e FUNDEINFRA

No acumulado de janeiro e fevereiro de 2026, a arrecadação bruta do IPVA foi de R\$ 681 milhões, alta de 6,90% frente ao mesmo período de 2025. O ITCD arrecadou R\$ 118 milhões, queda de 24,06%, enquanto o FUNDEINFRA, no acumulado do período, arrecadou R\$ 51,78 milhões, representando uma queda em relação ao montante arrecadado no mesmo período de 2025 (R\$ 62,41 milhões), o que representa uma variação negativa de 17,04%.

Investimentos em saúde e educação

Na aplicação de recursos vinculados, a área da saúde registrou R\$ 2,74 bilhões em despesas empenhadas. Já na educação, em janeiro e fevereiro de 2026, foram empenhadas com Recursos de Impostos (exceto FUNDEB) R\$ 994,47 milhões, enquanto as Despesas custeadas com recursos do FUNDEB, somaram R\$ 705,09 milhões. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou R\$ 1,70 bilhão.

Principais resultados fiscais

O Estado apresentou superavit orçamentário e primário acumulado de R\$ 1,26 bilhões e 724,55 milhões respectivamente no mês de fevereiro. A Receita Corrente Líquida atingiu R\$ 45,93 bilhões em fevereiro (acumulado dos últimos 12 meses), representando um crescimento de 6,73% em relação a 2025. Em relação ao indicador de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, esse percentual ficou em 40,29%, abaixo do limite de alerta de 43,74%.

Por fim, a Disponibilidade de Caixa Bruta somou R\$ 13,01 bilhões. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), um montante de R\$ 3,58 bilhões, dos Restos a Pagar de R\$ 1,68 bilhões e de outras obrigações financeiras de R\$ 381,82 milhões, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou R\$ 7,37 bilhões.

1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1.1	Receita Total (RT)	8
1.2	Transferências Correntes	10

Esta seção apresenta uma visão geral da arrecadação estadual, com ênfase na Receita Total de fevereiro de 2026, comparando-a ao mesmo período do ano anterior. Além disso, apresenta-se um panorama sintético das receitas orçamentárias, seguindo um formato semelhante ao do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Por fim, detalha-se as receitas oriundas das transferências correntes.



Receita Total (RT)

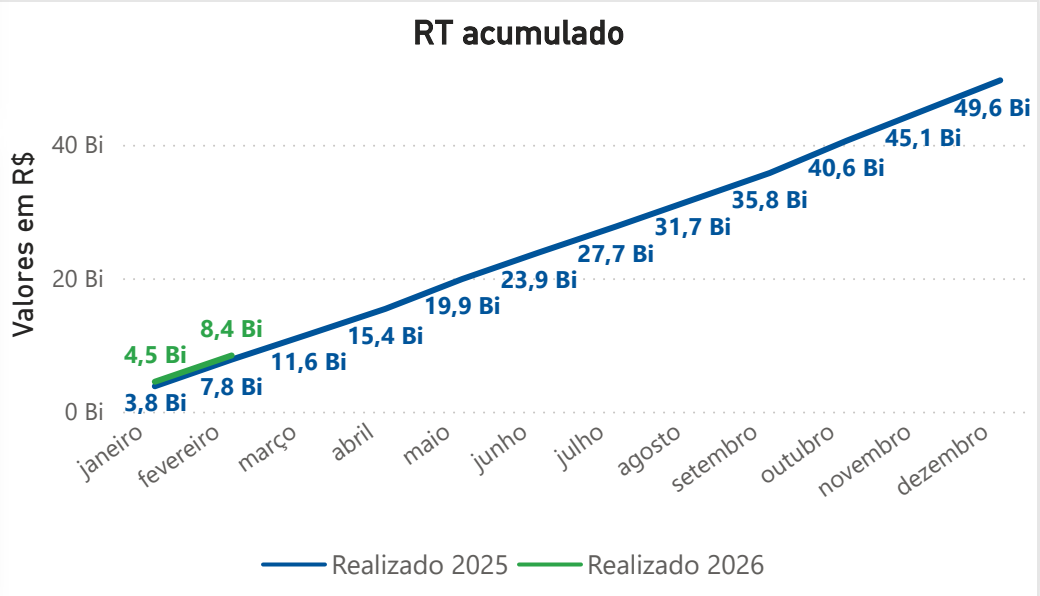
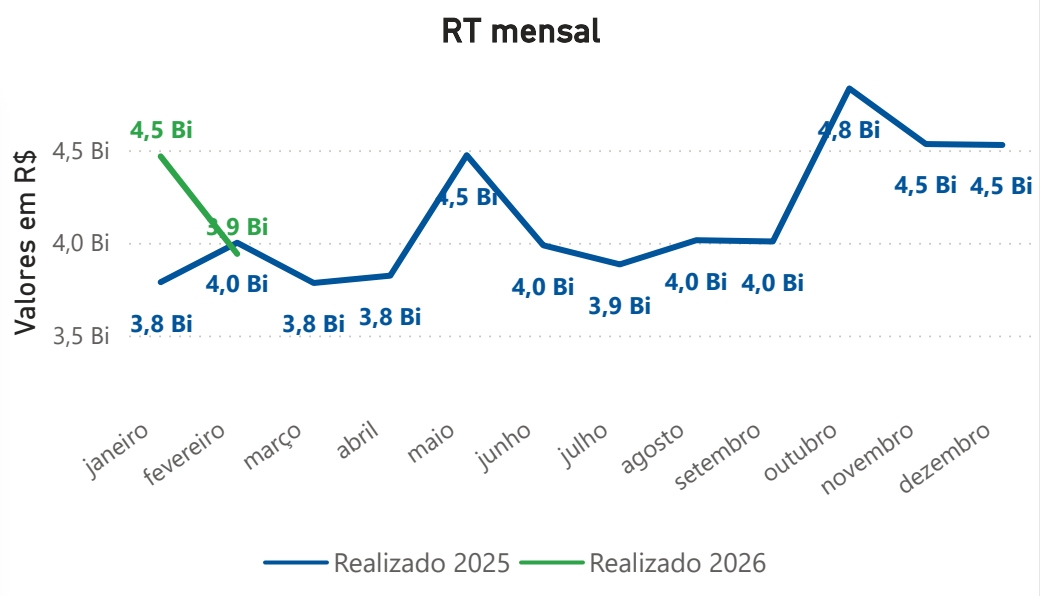
Acumulada e mensal

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 2025	Acumulado 2026	Diferença (%) Mensal		Diferença (%) Acumulado	
janeiro	3.787 Mi	4.466 Mi	3.787 Mi	4.466 Mi	▲	17,93%	▲	17,93%
fevereiro	4.000 Mi	3.940 Mi	7.788 Mi	8.406 Mi	▼	-1,51%	▲	7,94%
março	3.783 Mi		11.571 Mi					
abril	3.822 Mi		15.393 Mi					
maio	4.473 Mi		19.866 Mi					
junho	3.986 Mi		23.852 Mi					
julho	3.883 Mi		27.735 Mi					
agosto	4.014 Mi		31.749 Mi					
setembro	4.007 Mi		35.756 Mi					
outubro	4.833 Mi		40.589 Mi					
novembro	4.533 Mi		45.122 Mi					
dezembro	4.528 Mi		49.649 Mi					

Em fevereiro de 2026, a Receita Total atingiu **R\$ 8,41 bilhões**, representando crescimento de **7,94%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita Total se divide em:

- Receitas Correntes, representando o montante de **R\$ 8,07 bilhões**;
- Receitas de Capital, representando o montante de **R\$ 32,48 milhões**.

Os detalhes estão na Tabela da página 9.



Receita Total (RT)

Resultado em fevereiro de 2026

Natureza de receita	Acumulado 2026 (Realizado até Fev)	Acumulado 2025 (Realizado até Fev)	Diferença (2026 - 2025)	Diferença % (2026 - 2025)
1. RECEITAS CORRENTES	8.070,54 Mi	7.483,68 Mi	▲ 586,86 Mi	7,84%
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.621,67 Mi	4.086,22 Mi	▲ 535,46 Mi	13,10%
ICMS	3.176,70 Mi	2.678,81 Mi	▲ 497,89 Mi	18,59%
IPVA	271,47 Mi	251,81 Mi	▲ 19,67 Mi	7,81%
ITCD	89,54 Mi	125,24 Mi	▼ -35,70 Mi	-28,51%
IRRF	514,11 Mi	487,51 Mi	▲ 26,60 Mi	5,46%
Outras receitas tributárias	569,86 Mi	542,85 Mi	▲ 27,01 Mi	4,98%
1.2. CONTRIBUIÇÕES	333,34 Mi	321,44 Mi	▲ 11,91 Mi	3,70%
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	334,45 Mi	373,78 Mi	▼ -39,34 Mi	-10,52%
1.4. RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi	0,01 Mi	▼ -0,01 Mi	-77,01%
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	30,37 Mi	27,48 Mi	▲ 2,89 Mi	10,50%
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.166,94 Mi	1.995,82 Mi	▲ 171,12 Mi	8,57%
Cota-Parte do FPE	978,91 Mi	864,31 Mi	▲ 114,60 Mi	13,26%
Cota-Parte do IPI - LC 61/1989	21,35 Mi	18,43 Mi	▲ 2,92 Mi	15,84%
Transferências do FUNDEB	934,92 Mi	700,83 Mi	▲ 234,09 Mi	33,40%
Outras Transferências Correntes	231,76 Mi	412,25 Mi	▼ -180,49 Mi	-43,78%
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	583,77 Mi	678,94 Mi	▼ -95,17 Mi	-14,02%
Contribuições ao PROTEGE	239,43 Mi	255,35 Mi	▼ -15,92 Mi	-6,23%
FUNDEINFRA	51,76 Mi	62,39 Mi	▼ -10,63 Mi	-17,03%
Demais Receitas Correntes	292,58 Mi	361,20 Mi	▼ -68,63 Mi	-19,00%
2. RECEITAS DE CAPITAL	32,48 Mi	12,07 Mi	▲ 20,41 Mi	169,11%
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00 Mi	0,00 Mi	▲ 0,00 Mi	
2.2. ALIENAÇÃO DE BENS	0,96 Mi	0,93 Mi	▲ 0,03 Mi	3,51%
2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1,23 Mi	1,71 Mi	▼ -0,48 Mi	-28,14%
2.3. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	30,28 Mi	9,43 Mi	▲ 20,84 Mi	220,97%
2.4. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,02 Mi	0,00 Mi	▲ 0,02 Mi	
Demais receitas primárias	0,00 Mi	0,00 Mi	▲ 0,00 Mi	
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA)	8.103,02 Mi	7.495,75 Mi	▲ 607,27 Mi	8,10%
Receitas Intraorçamentárias	303,06 Mi	291,82 Mi	▲ 11,24 Mi	3,85%
RECEITA TOTAL	8.406,08 Mi	7.787,57 Mi	▲ 618,51 Mi	7,94%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (S/ FONTES RPPS)	7.519,74 Mi	6.884,71 Mi	▲ 635,03 Mi	9,22%

Esta tabela traz uma fotografia mais detalhada das receitas estaduais contidas no Anexo 1 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) no mês de **fevereiro** de 2026.

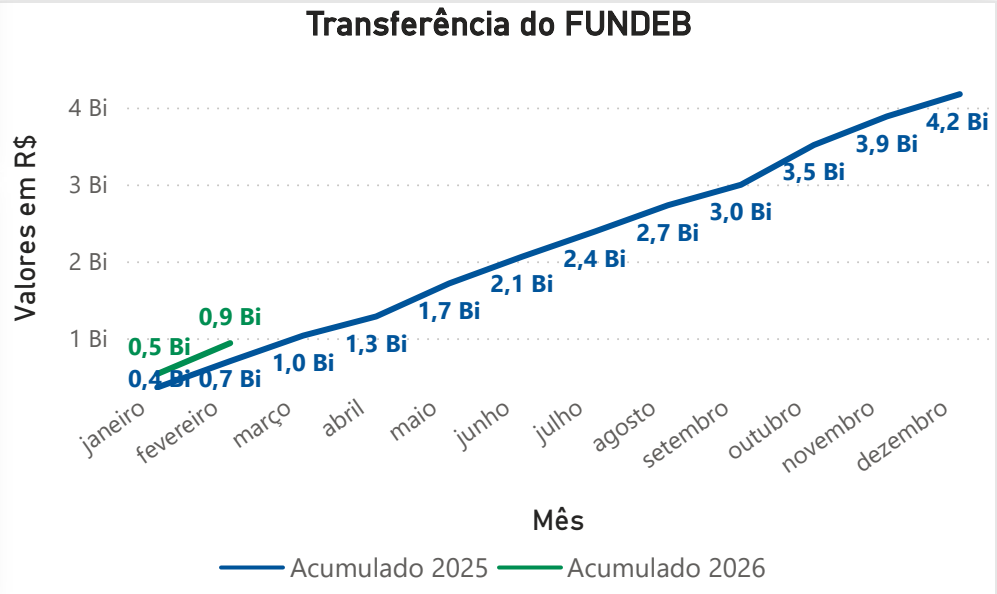
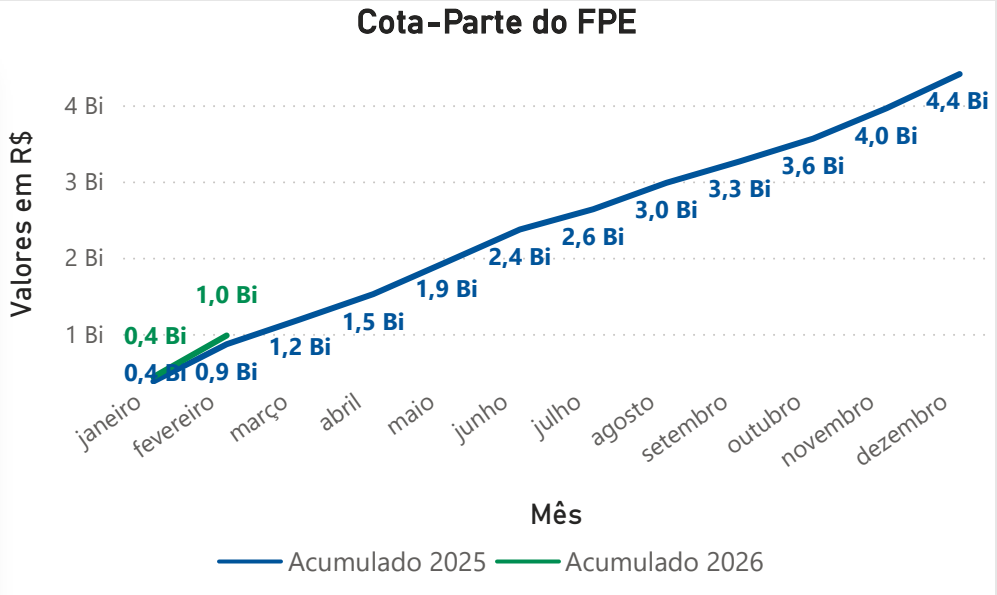
Transferências Correntes

Resultado em fevereiro de 2026

Mês	Mensal 2025 (FPE)	Mensal 2026 (FPE)	Acumulado 2025 (FPE)	Acumulado 2026 (FPE)	Mensal 2025 (FUNDEB)	Mensal 2026 (FUNDEB)	Acumulado 2025 (FUNDEB)	Acumulado 2026 (FUNDEB)
janeiro	375,94 Mi	434,17 Mi	375,94 Mi	434,17 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi
fevereiro	488,38 Mi	544,74 Mi	864,31 Mi	978,91 Mi	342,77 Mi	401,69 Mi	700,83 Mi	934,92 Mi
março	324,87 Mi		1.189,18 Mi		331,72 Mi		1.032,55 Mi	
abril	332,28 Mi		1.521,47 Mi		248,93 Mi		1.281,48 Mi	
maio	421,85 Mi		1.943,32 Mi		429,11 Mi		1.710,59 Mi	
junho	425,62 Mi		2.368,93 Mi		347,93 Mi		2.058,52 Mi	
julho	265,67 Mi		2.634,61 Mi		328,27 Mi		2.386,80 Mi	
agosto	346,70 Mi		2.981,31 Mi		341,32 Mi		2.728,12 Mi	
setembro	280,75 Mi		3.262,05 Mi		266,24 Mi		2.994,37 Mi	
outubro	298,36 Mi		3.560,42 Mi		517,11 Mi		3.511,48 Mi	
novembro	397,73 Mi		3.958,15 Mi		371,47 Mi		3.882,95 Mi	
dezembro	449,31 Mi		4.407,46 Mi		289,83 Mi		4.172,78 Mi	

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de transferência de recursos para os estados. No mês de fevereiro de 2026, o FPE registrou montante de **R\$ 978,91** milhões, enquanto o FUNDEB acumulou **R\$ 934,92** milhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de **13,26%** e o FUNDEB aumento de **33,40%**.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é diretamente influenciado pela arrecadação dos principais tributos federais que o compõem, notadamente o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por sua vez, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é financiado a partir de parcelas de tributos estaduais, como o ICMS, IPVA e ITCD. Os recursos arrecadados são redistribuídos entre os entes subnacionais com base em critérios que buscam promover maior equidade na oferta da educação básica.



2. ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

2.1	Arrecadação bruta do ICMS	13
2.2	Análise por Setor	14
2.3	Arrecadação bruta do IPVA	21
2.4	Arrecadação bruta do ITCD	22
2.5	Recuperação de Créditos	23
2.6	Arrecadação do PROTEGE	25
2.7	Arrecadação do FUNDEINFRA	26

Esta seção apresenta a arrecadação bruta estadual, com destaque para os principais tributos: ICMS, segmentado pelos principais macrossetores, além de IPVA e ITCD. Ao final, apresenta-se informações sobre o programa de recuperação de crédito, a arrecadação destinada ao fundo PROTEGE e ao FUNDEINFRA. Os dados são fornecidos pela Superintendência de Informações Fiscais.

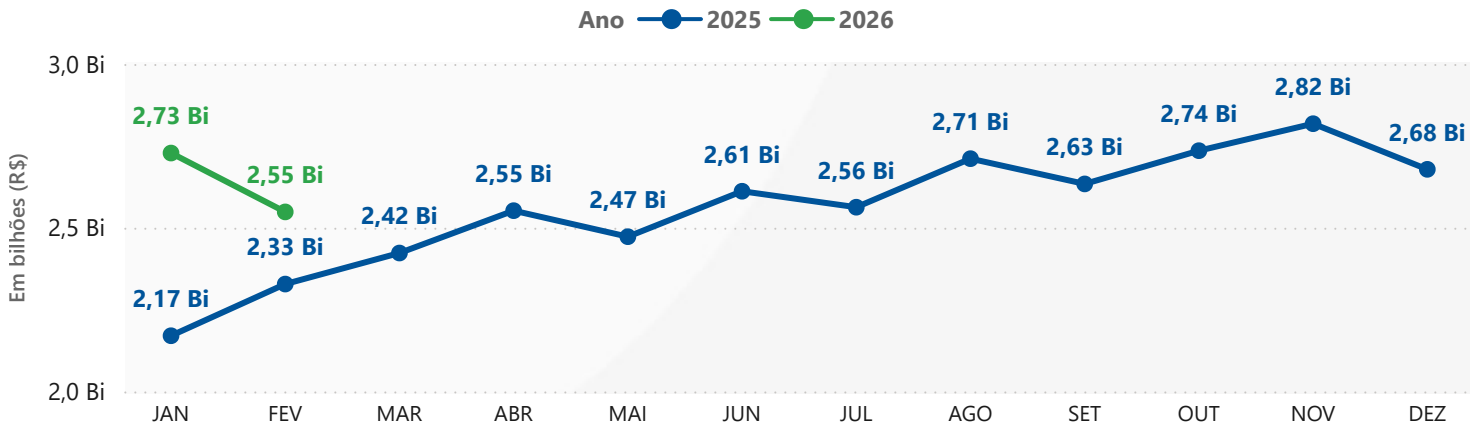


Arrecadação bruta do ICMS

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 31/03/2026

Comparativo da Arrecadação de ICMS por mês



Arrecadação do ICMS por segmento econômico (2025 x 2026)

Segmento Econômico	ICMS (Acum. 2025)	ICMS (Acum. 2026)	Variação Percentual	
COMBUSTÍVEL	932.777.213,10	1.401.015.506,00	▲	50,20%
COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR	920.546.097,34	996.849.543,41	▲	8,29%
COMÉRCIO VAREJISTA	889.135.058,65	888.386.304,22	▼	-0,08%
COMUNICAÇÃO	75.212.204,65	106.776.065,77	▲	41,97%
ENERGIA ELÉTRICA	329.426.984,39	488.828.847,34	▲	48,39%
EXTRATOR MINERAL OU FÓSSIL	14.764.938,07	10.154.115,36	▼	-31,23%
INDÚSTRIA	891.894.478,74	936.138.714,21	▲	4,96%
OUTRAS	217.353.740,62	219.625.940,98	▲	1,05%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	137.725.460,90	152.056.390,45	▲	10,41%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	89.382.803,95	76.555.402,77	▼	-14,35%
Total	4.498.218.980,41	5.276.386.830,51		17,30%

Arrecadação de ICMS por mês

Mês	Arrecadação ICMS (2025)	Arrecadação ICMS (2026)	Variação Percentual	
JAN	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	▲	25,71%
FEV	2.328.013.889,40	2.548.315.806,67	▲	9,46%
Total	4.498.218.980,41	5.276.386.830,51		17,30%

Em fevereiro de 2026, a arrecadação de ICMS totalizou **R\$ 2,55 bilhões**, registrando crescimento de **9,46%** em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O desempenho positivo foi impulsionado pelo avanço em alguns setores específicos, com destaque para Combustíveis, que apresentou aumento de **R\$ 468,24 milhões**. Esse resultado decorre, principalmente, da atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico e da evolução dos volumes comercializados.

No setor de Energia Elétrica, a arrecadação registrou incremento de **R\$ 159,40 milhões**, influenciado por fatores como o reajuste tarifário e os efeitos do programa “Negocie Já II”.

Já o setor de Comunicação apresentou crescimento de **41,97%**, resultado associado, principalmente, à alteração promovida na Instrução Normativa nº 155/94.

Por outro lado, observaram-se desempenhos negativos nos setores extrator mineral ou fóssil (**-31,23%**) e de produção agropecuária (**-14,35%**).

Análise do Setor

Combustível

ICMS Arrecadado pelo Setor: Fevereiro

597.274.649,12

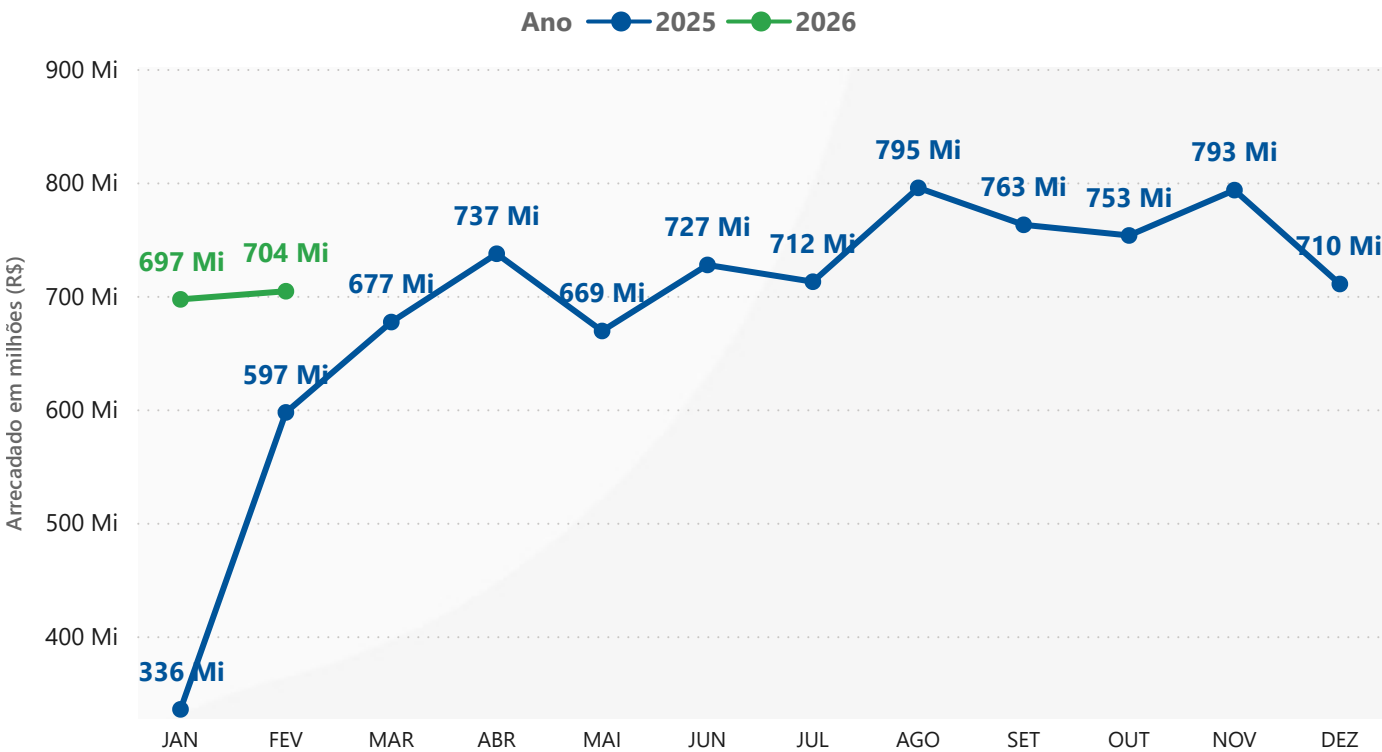
2025

704.095.814,61

2026

17,88%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Combustíveis (GCOM)

A arrecadação acumulada do setor em 2026 apresentou crescimento de **50,20%** em relação ao mesmo período de 2025. Esse resultado decorre, em grande medida, da alteração no calendário de recolhimento de contribuintes do segmento, implementada no início de 2025. Com o novo cronograma, parte relevante do ICMS anteriormente recolhido no próprio mês da operação passou a ser paga até o décimo dia do mês subsequente. Essa mudança provocou compressão da base de comparação de janeiro de 2025, primeiro mês de vigência da nova sistemática, o que contribui para ampliar a taxa de crescimento observada na comparação com o acumulado de 2026.

Na comparação entre fevereiro de 2026 e o mesmo mês do ano anterior, a arrecadação registrou expansão de **17,88%**. Entre os principais fatores explicativos destacam-se a atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico incidente sobre combustíveis e a evolução dos volumes comercializados no período.

No intervalo analisado, as alíquotas do ICMS monofásico foram reajustadas em duas ocasiões: a partir de **1º de fevereiro de 2025** (Convênios ICMS nº 126/24 e 127/24) e a partir de **1º de janeiro de 2026** (Convênios ICMS nº 112/25 e 113/25). Os reajustes resultaram em aumentos sucessivos para gasolina e etanol anidro (**+7,3% e +6,8%**), bem como para óleo diesel e biodiesel (**+5,3% e +4,5%**). No caso do GLP, verificou-se inicialmente redução (**-1,7%**), seguida de posterior elevação (**+5,8%**). Tais alterações nas alíquotas impactaram positivamente a arrecadação nos meses subsequentes, contribuindo de forma relevante para o desempenho observado em fevereiro de 2026.

Adicionalmente, os volumes de gasolina destinados ao consumo em Goiás em janeiro de 2026 foram significativamente superiores aos registrados em janeiro de 2025 (**+11,0%**). Em contraste, observou-se redução nos volumes de etanol hidratado, óleo diesel e GLP (**-17,8%, -8,7% e -0,8%, respectivamente**). No mesmo período, a comercialização de etanol anidro produzido em Goiás para outras unidades da Federação apresentou crescimento expressivo (**+7,9%**). Em conjunto, esses fatores contribuíram para o aumento verificado na arrecadação do setor em fevereiro de 2026.

Análise do Setor

Energia Elétrica

ICMS Arrecadado pelo Setor: Fevereiro

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

190.558.991,73

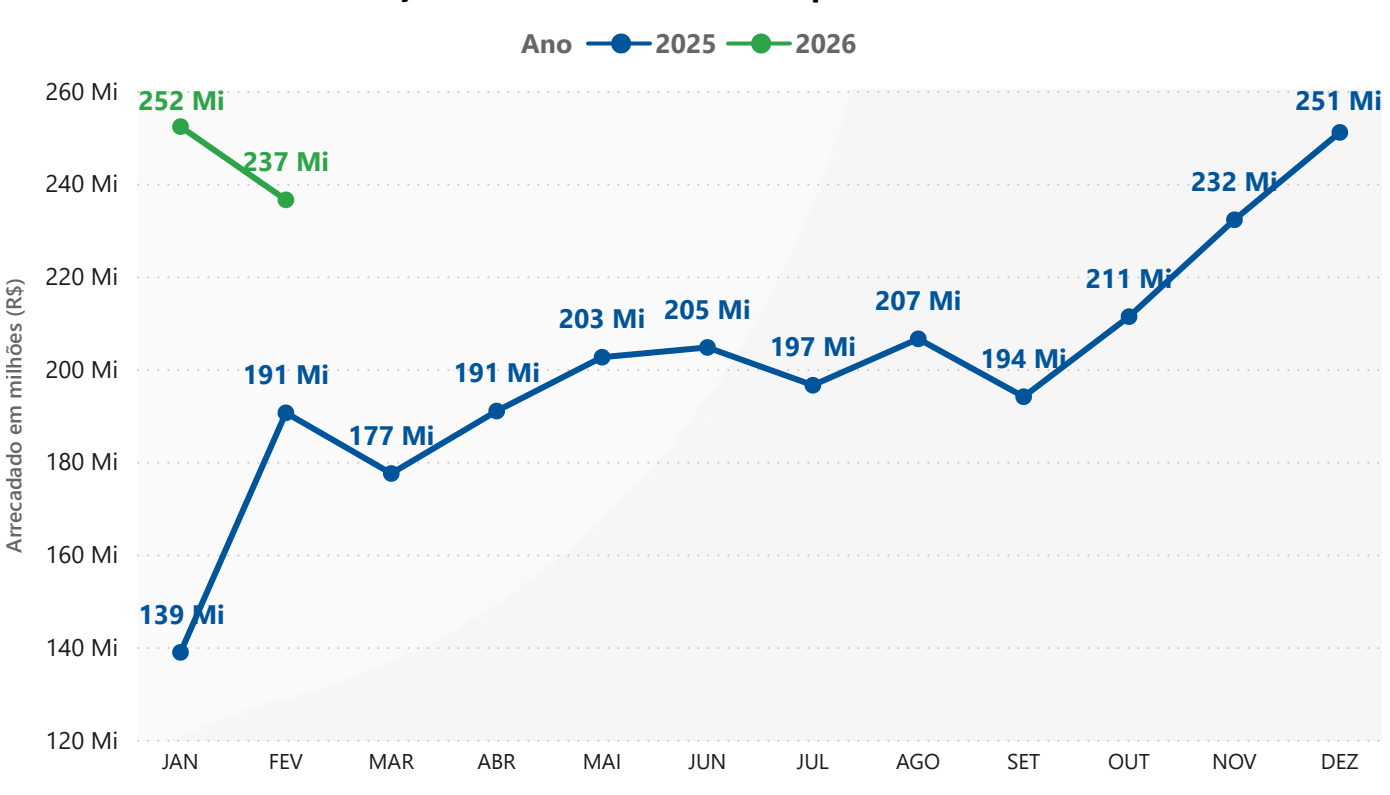
2025

236.512.172,07

2026

24,11%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Com a bandeira tarifária em seu menor patamar nos dois períodos (bandeira verde), sem incidência de custo adicional ao consumidor, a receita total de ICMS referente às operações com energia elétrica no mês de fevereiro de 2026 (mês de referência: janeiro de 2026) apresentou crescimento de **24,11%** em relação à arrecadação registrada no mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho decorre da predominância de fatores positivos sobre fatores negativos, conforme destacado a seguir:

Fatores positivos:

- Reajuste tarifário médio de **18,5%**, vigente a partir de 22/10/2025, aplicado à maior distribuidora de energia do estado de Goiás.
- Quitação de créditos tributários no âmbito do programa de anistia “**Negocie Já II**”, totalizando aproximadamente **R\$ 1 milhão** em fevereiro de 2026 por contribuintes do setor.
- Elevação da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência da intensificação dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento e ações fiscais.

Fator negativo:

- Crescimento do número de consumidores participantes do **SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica**, especialmente após a vigência da medida cautelar na **ADI nº 5049774-14.2025.8.09.0000**.

Análise do Setor

Comunicação

ICMS Arrecadado pelo Setor: Fevereiro

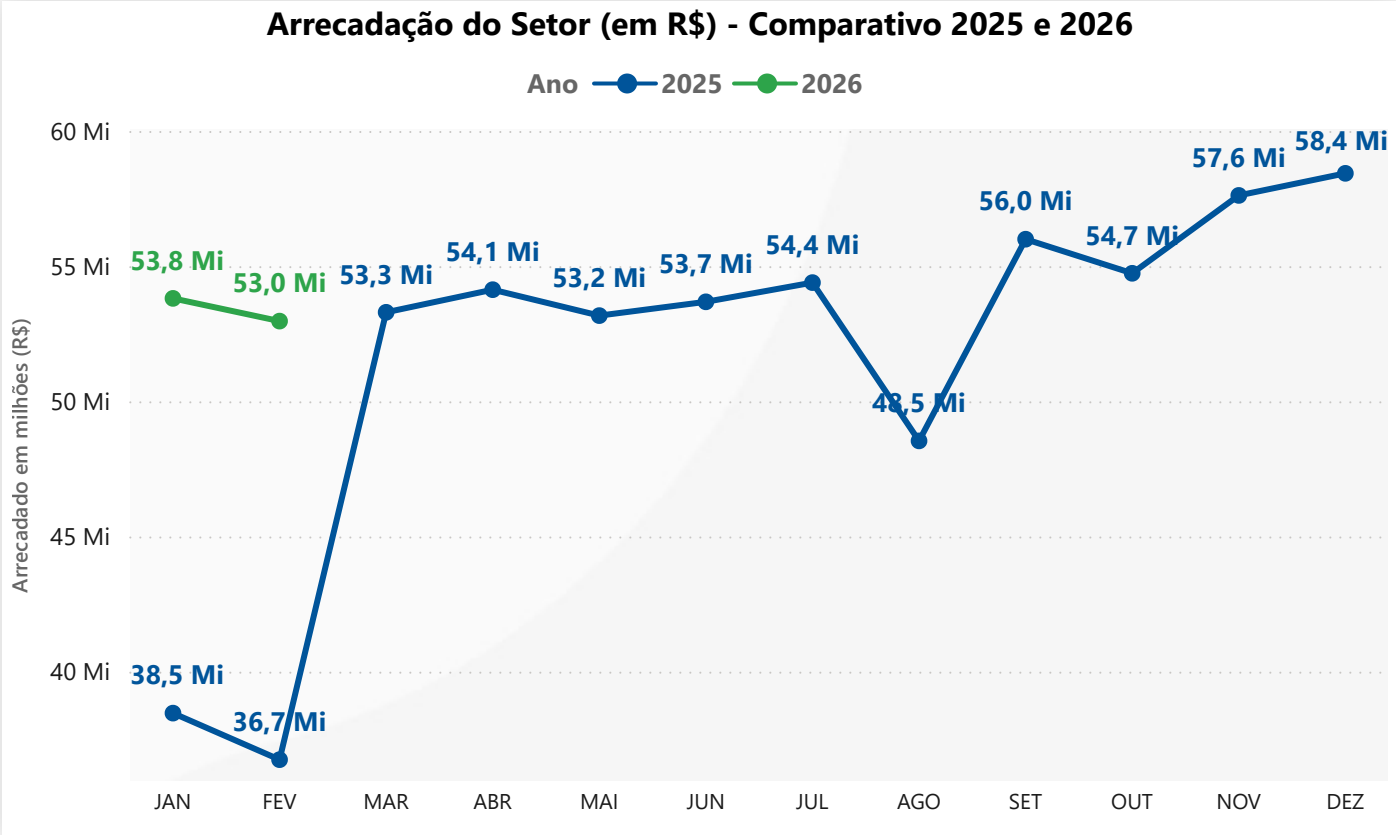
36.745.479,96

2025

52.967.733,61

2026

44,15%



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

A arrecadação de ICMS referente às prestações de serviços de comunicações foi aproximadamente **44%** superior à registrada no mesmo período do ano anterior, resultado associado, principalmente, aos fatores positivos elencados a seguir:

Fatores positivos:

- Parcela do incremento de **44%** decorre da eliminação do adiantamento de receita para esse setor, em função da alteração promovida pela **IN nº 155/94-GSF**. Ressalta-se que essa mudança impactou negativamente a arrecadação observada em fevereiro de 2025, uma vez que, naquele período, nem todas as operadoras haviam adequado o calendário de recolhimento do imposto.
- Quitação de créditos tributários no âmbito do programa de anistia **“Negocie Já II”**, totalizando aproximadamente **R\$ 2 milhões** em fevereiro de 2026 por contribuintes do setor.
- Elevação da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência da intensificação dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento e ações fiscais.

Análise do Setor

Indústria

PUBLICADO EM: 31/03/2026

Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

ICMS Arrecadado pelo Setor: Fevereiro

431.919.917,97

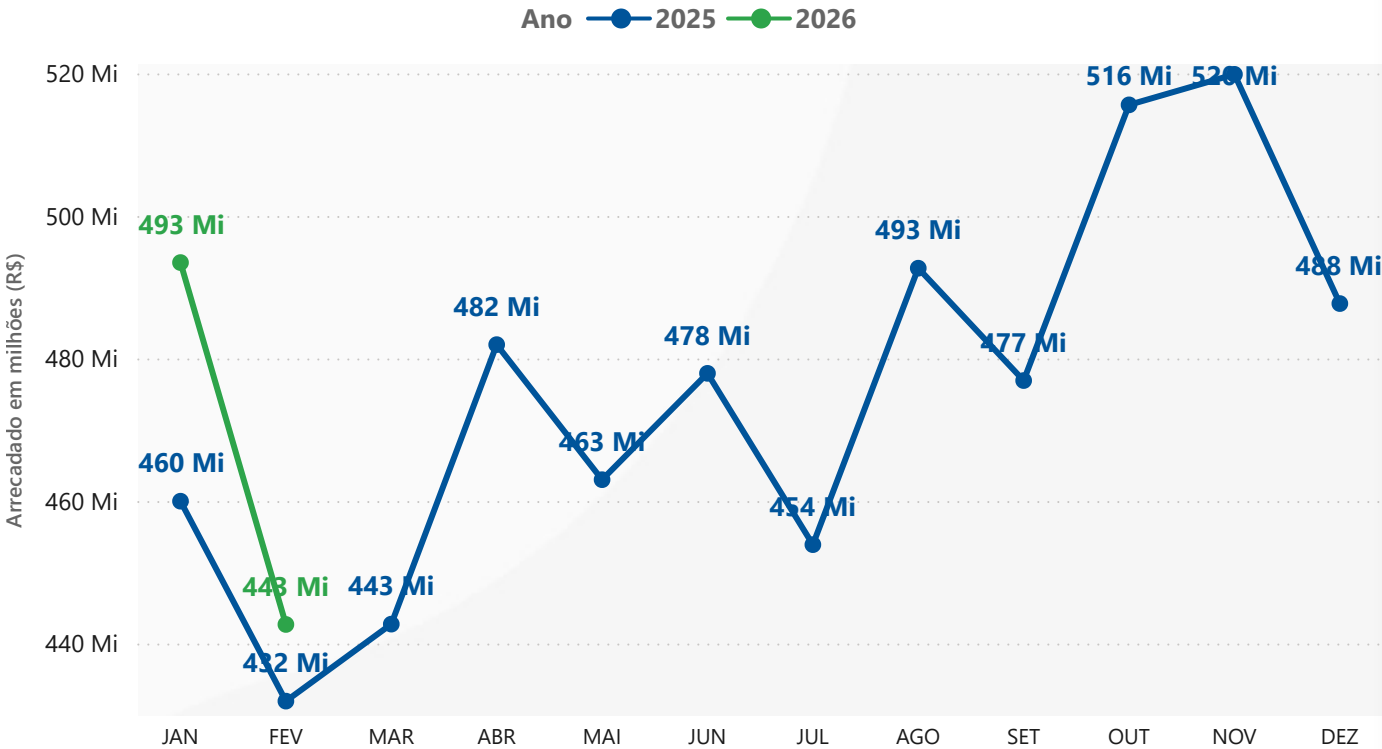
2025

442.678.202,68

2026

2,49%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



A arrecadação de ICMS proveniente da atividade industrial alcançou **R\$ 425,1 milhões** em fevereiro de 2026, registrando crescimento interanual de **2,49%**. No acumulado do ano, o setor apresenta expansão de **4,96%** em comparação ao primeiro bimestre de 2025.

No cenário nacional, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF/IBGE) apontou avanço de **1,8%** na produção industrial em janeiro de 2026 frente a dezembro de 2025, com expansão observada em **19 dos 25 ramos** pesquisados. Na comparação anual, foi registrado incremento de **0,2%**.

No âmbito estadual, os dados indicam que a arrecadação industrial iniciou o ano de 2026 em patamar superior ao observado no início de 2025, ainda que tenha sido verificada leve retração entre janeiro e fevereiro. Em nível nacional, apesar da recuperação mensal da produção, a sondagem da **CNI** aponta indicadores de atividade e emprego abaixo dos **50 pontos**, sinalizando um ambiente econômico de moderado dinamismo. Soma-se a esse cenário a manutenção da taxa **Selic em 15,00% a.a.**, fator que continua limitando o ritmo de expansão da atividade.

Setores com maior contribuição positiva: Indústria de Móveis, Eletroeletrônicos, Cinefoto, Som e Refrigeração **(+40%)**; Indústria de Bebidas **(+16%)**, Construção Civil, Mineração e Máquinas **(+16%)** e Alimentos **(+13%)**.

Setores com retração: Indústria de Medicamentos e Produtos Hospitalares **(-15%)**, Veículos e Peças **(-13%)**, Vestuário **(-8%)** e Indústria do Agronegócio **(-6%)**.

Os resultados indicam que o início de 2026 é marcado por um crescimento moderado da atividade industrial, com desempenho positivo em determinados segmentos, ao passo que outros ramos ainda enfrentam ajustes de mercado e efeitos associados à base de comparação do período anterior.

Análise do Setor

Comércio Atacadista e Distribuidor

ICMS Arrecadado pelo Setor: Fevereiro

449.952.751,87

2025

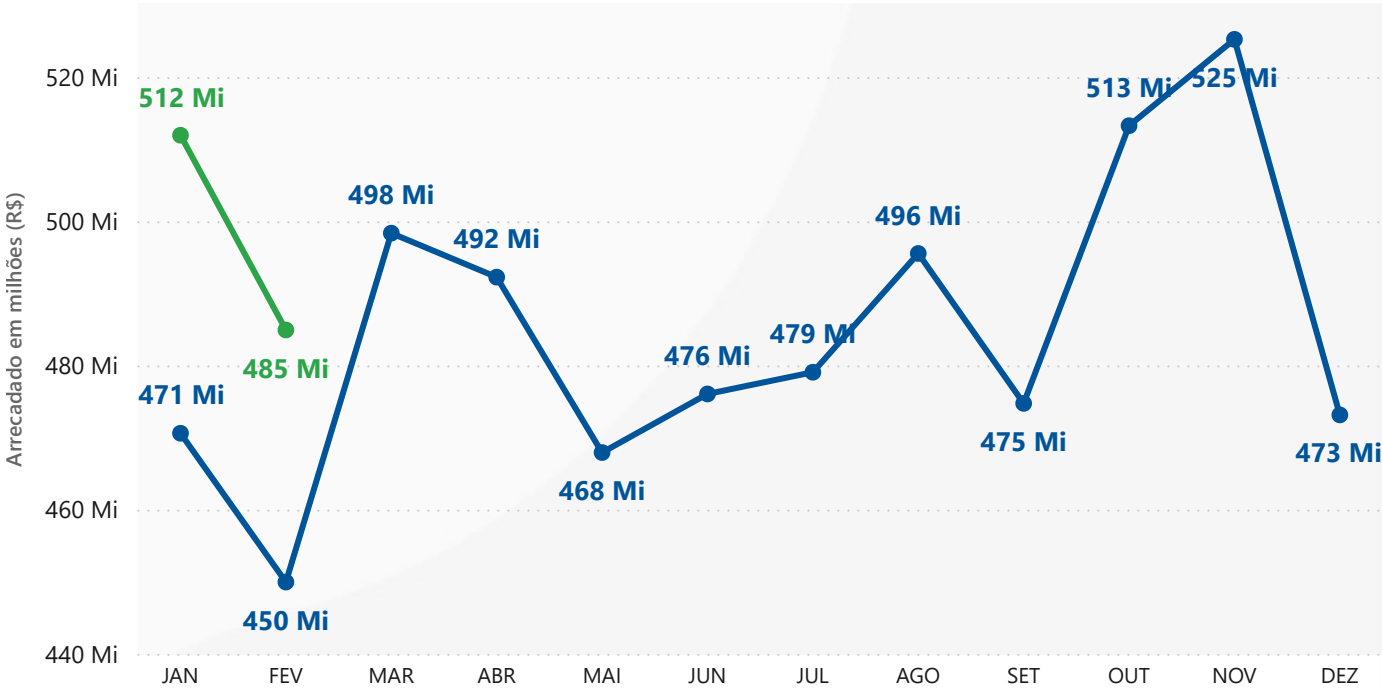
484.918.858,48

2026

7,77%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026

Ano ● 2025 ● 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

A arrecadação de ICMS proveniente do comércio atacadista e distribuidor alcançou **R\$ 484,9 milhões** em fevereiro de 2026, registrando crescimento de **7,77%** em comparação ao mesmo mês do ano anterior.

A dinâmica do setor acompanha, com defasagem temporal, o comportamento do varejo. No âmbito nacional, a **Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE)** apontou alta de **2,8%** no volume de vendas do varejo em janeiro de 2026 frente a janeiro de 2025. No varejo ampliado, a variação mensal foi de **0,9%**, com crescimento de **2,8%** em veículos, motos, partes e peças e de **3,4%** em material de construção. Especificamente no atacado, a atividade “Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo” registrou avanço de **2,0%** na comparação interanual.

O início de 2026 evidenciou um ambiente favorável à circulação comercial, apesar da manutenção da taxa **Selic em 15,00% a.a.**, que mantém elevado o custo do crédito para financiamento de estoques e capital de giro. Por outro lado, o MDIC registrou queda de **7,3%** nas importações no acumulado do bimestre, incluindo bens da indústria de transformação, aspecto que demanda atenção especial para segmentos dependentes de insumos importados.

Setores com crescimento destacado: Medicamentos e Produtos Hospitalares **(+38%)**; Fumo **(+22%)**; Alimentos **(+15%)**; Construção Civil, Mineração e Máquinas **(+11%)**; Produtos Químicos, Higiene, Limpeza, Papelaria, Embalagens e Outros **(+7%)**

Setores com retração: Agronegócio **(-21%)**; Bebidas **(-13%)**; Veículos e Peças **(-5%)**

Os resultados evidenciam que o setor atacadista inicia 2026 demonstrando robustez e capacidade de reação, sustentado pelo bom desempenho de segmentos estratégicos e por um ambiente macroeconômico que tende a favorecer o consumo ao longo do ano.

Análise do Setor

Comércio Varejista

PUBLICADO EM: 31/03/2026

ICMS Arrecadado pelo Setor: Fevereiro

400.270.063,35

2025

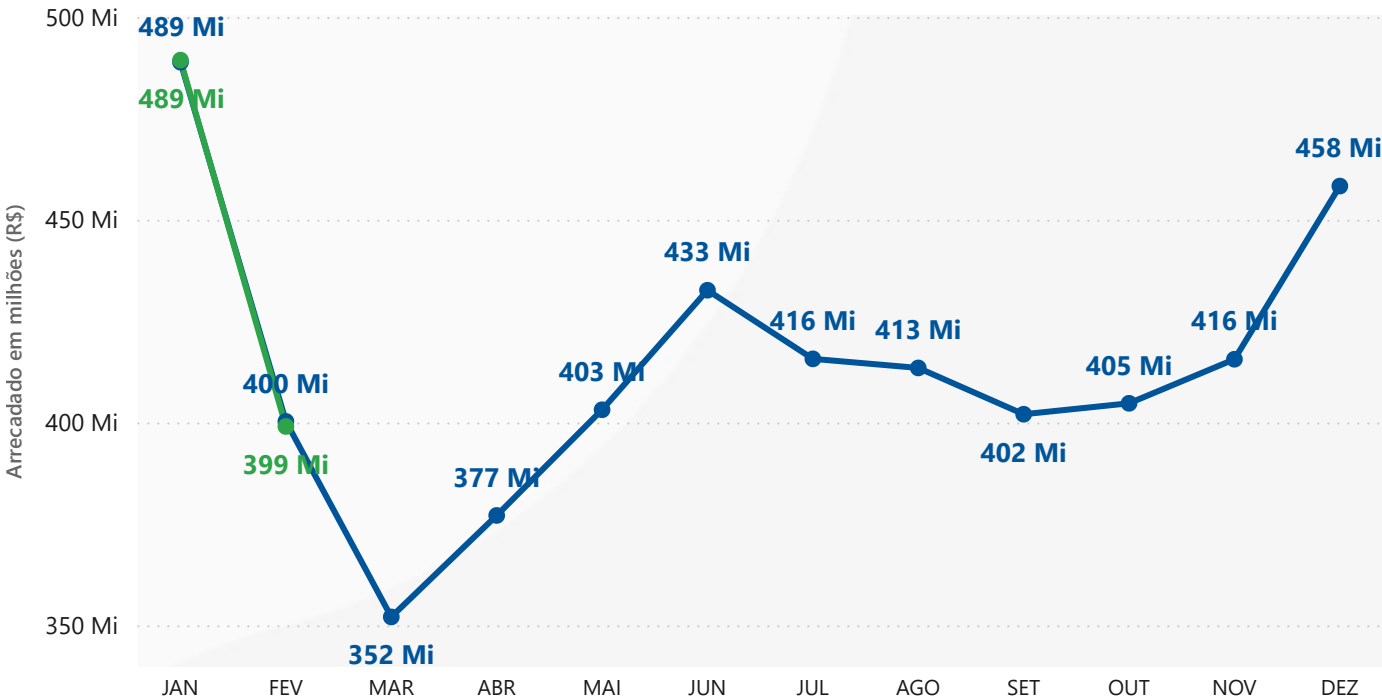
399.022.969,74

2026

-0,31%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026

Ano ● 2025 ● 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Varejos e Serviços (GEAV)

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o volume de vendas do comércio varejista brasileiro registrou crescimento de **2,8%** em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelas atividades de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria. Esse resultado, segundo o Instituto, pode potencialmente refletir em expansão da arrecadação tributária no setor varejista.

Entretanto, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do varejo goiano, no mês de fevereiro de 2026, considerando a apuração referente a janeiro, apresentou retração de **0,31%** em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Esse desempenho foi influenciado, principalmente, por um nível de inadimplência próximo de **20%**, pelo avanço das vendas no comércio eletrônico e pela elevação dos créditos tributários, especialmente no segmento de medicamentos, decorrente da aquisição de mercadorias para recomposição de estoques.

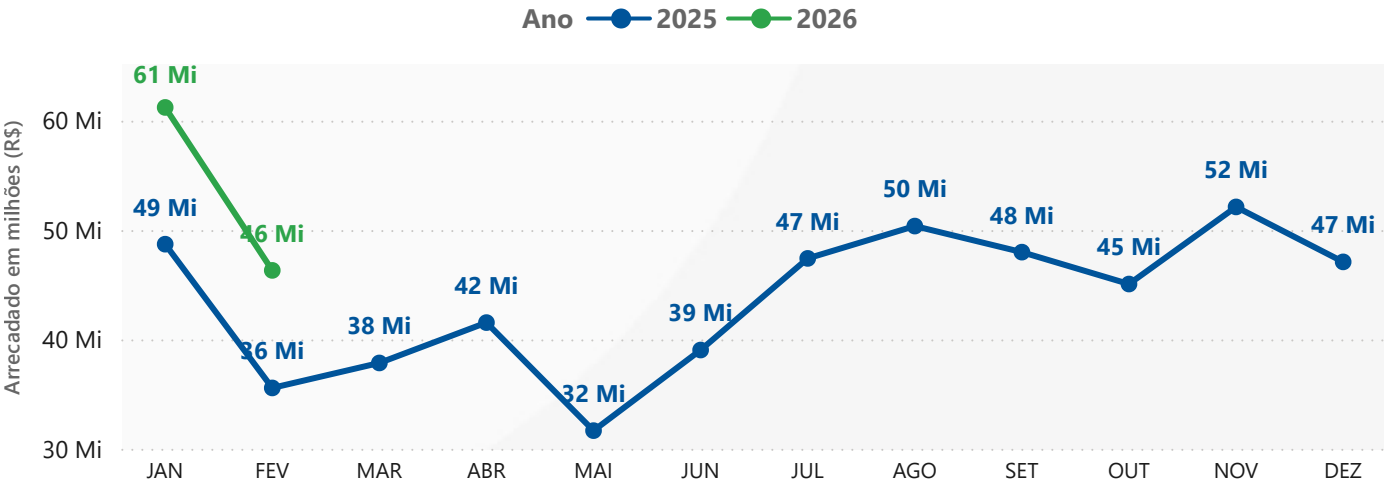
A análise segmentada por subgrupos de atividades econômicas evidenciou inversão no padrão de comportamento da arrecadação em relação aos meses anteriores. Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo, destacam-se Móveis e Eletrodomésticos, Transporte e Vestuário. Por outro lado, os subgrupos com maior participação na arrecadação do varejo registraram queda, com destaque para Medicamentos e Produtos Hospitalares, Alimentos, Calçados, Veículos e Autopeças e Construção Civil.

A Secretaria da Economia do Estado de Goiás tem adotado medidas contínuas com o objetivo de mitigar os efeitos da inadimplência e do não recolhimento do imposto apurado. Nesse contexto, vêm sendo intensificadas ações fiscais, como malhas fiscais, programas de autorregularização, monitoramento de contribuintes e auditorias fiscais. Tais iniciativas têm como foco a identificação de inconsistências no cumprimento das obrigações tributárias, visando assegurar o recolhimento adequado dos tributos aos cofres públicos.

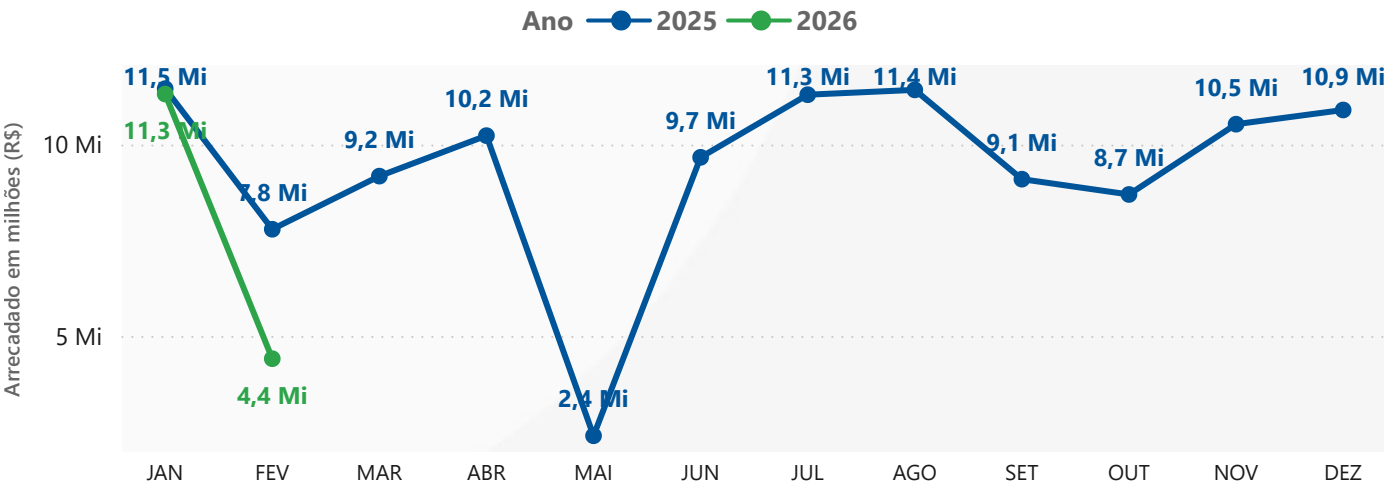
Arrecadação do ICMS

Operações de Importações

Arrecadação ICMS Importação (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Arrecadação ICMS Importação via Correios/Couriers (em R\$)



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA (GCES)

Devido à sazonalidade de seus principais produtos de exportação, o mês de fevereiro apresentou nova queda nos valores exportados, totalizando **US\$ 698 milhões**, passando a ocupar a **11ª posição** no ranking nacional.

Entre os principais produtos enviados ao exterior, não é possível identificar uma mercadoria específica ou grupo de mercadorias como responsável pela diminuição das operações, uma vez que a redução se distribuiu de forma generalizada entre os diferentes produtos exportados.

Em contraste com a queda de **R\$ 15 milhões** observada na arrecadação associada às importações — repetindo o comportamento verificado em janeiro —, o volume total das operações apresentou aumento, alcançando pouco mais de **US\$ 492 milhões**.

Esse comportamento, aparentemente incongruente, deve ser analisado considerando que cerca de **70%** das importações goianas são compostas por medicamentos, veículos e suas partes, máquinas agrícolas, fertilizantes e adubos. Esses setores são contemplados com diferimento do pagamento do ICMS por meio de termos de acordo e benefícios fiscais, como a redução da base de cálculo. Assim, o aumento no valor das importações desses produtos não se reflete diretamente na arrecadação do ICMS incidente sobre a importação.

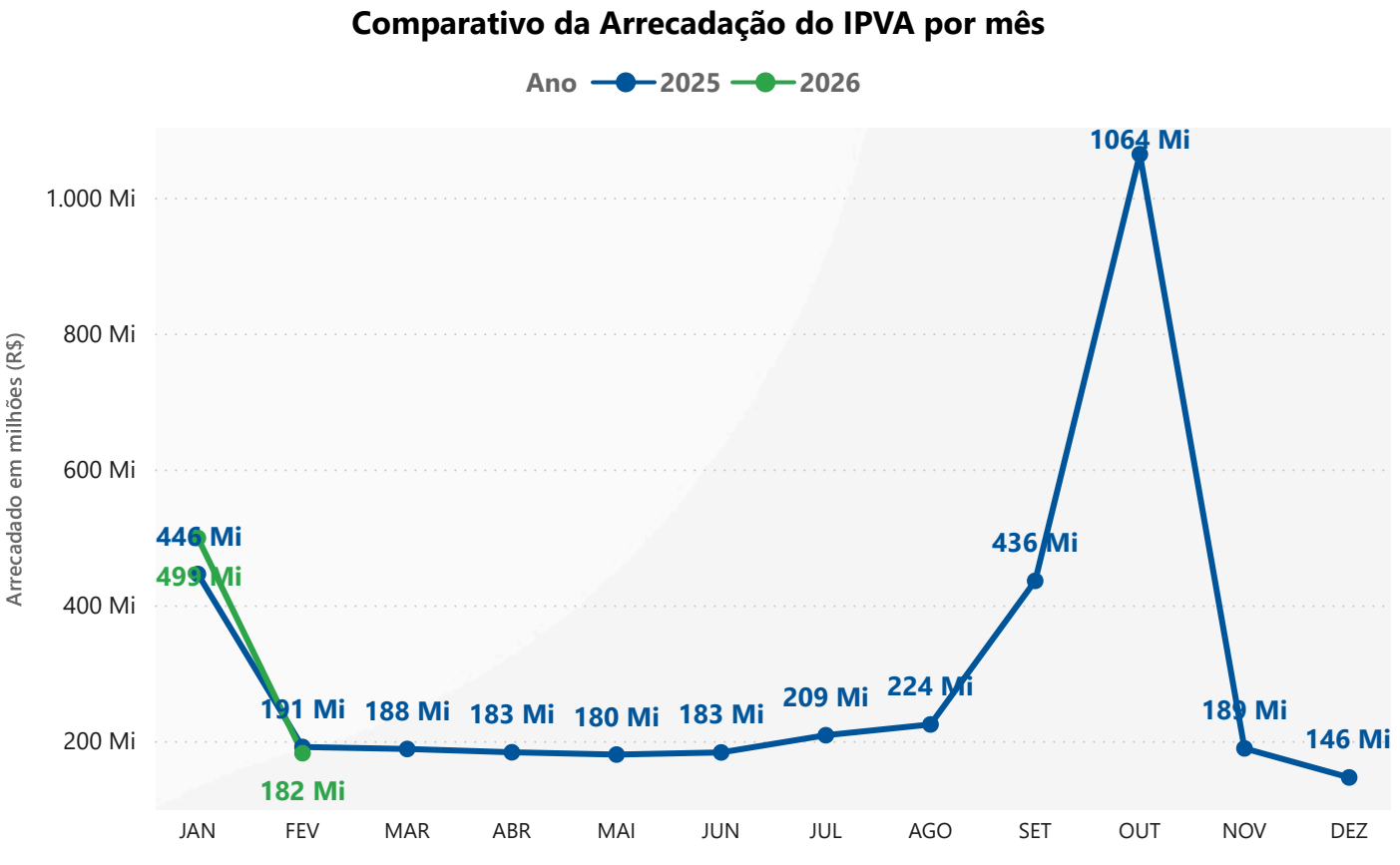
A redução no valor arrecadado nas remessas internacionais já era esperada. Informações do **Siscomex-Remessa**, encaminhadas pela Receita Federal do Brasil — responsável pelo sistema —, indicam redução de aproximadamente **10%** na quantidade de Declarações de Importação de Remessa (DIR) em relação ao mês anterior.

Entretanto, a magnitude da queda na arrecadação, superior a **40%** em comparação ao mês anterior, indica que, além da diminuição no número de importações realizadas, houve também redução ainda mais expressiva no tíquete médio das operações.

Arrecadação bruta do IPVA

Comparativo entre exercícios

Subsecretaria da Receita Estadual
Gerência do IPVA (GIPVA)



O valor de IPVA arrecadado em fevereiro ficou **20,66%** abaixo do projetado. Entretanto, o acumulado do período encontra-se **1,5%** acima da projeção, resultado de uma antecipação mais elevada de pagamentos no mês de janeiro.

Observou-se redução na adesão ao parcelamento — modalidade de pagamento antecipado — em relação a fevereiro de 2025. Naquele mês, **237,37 mil** contribuintes efetuaram o pagamento da segunda parcela em fevereiro, enquanto em 2026 esse número foi de **220,35 mil**, representando redução de **7,2%**. Em termos de valores arrecadados, houve aumento, passando de **R\$ 51,48 milhões** para **R\$ 54,17 milhões**.

O início do programa **“Negocie Já II”** também impactou a arrecadação em razão da renúncia de encargos promovida pela legislação. Em 2025, os encargos dos processos tributários representavam cerca de **28%** do valor original da ação fiscal, enquanto em 2026 esse percentual encontra-se em torno de **15%**.

Por fim, a flexibilidade do parcelamento — que permite ao contribuinte efetuar o pagamento na data de emissão ou em qualquer momento até o vencimento — faz com que os valores arrecadados apresentem oscilações relevantes nos meses intermediários.

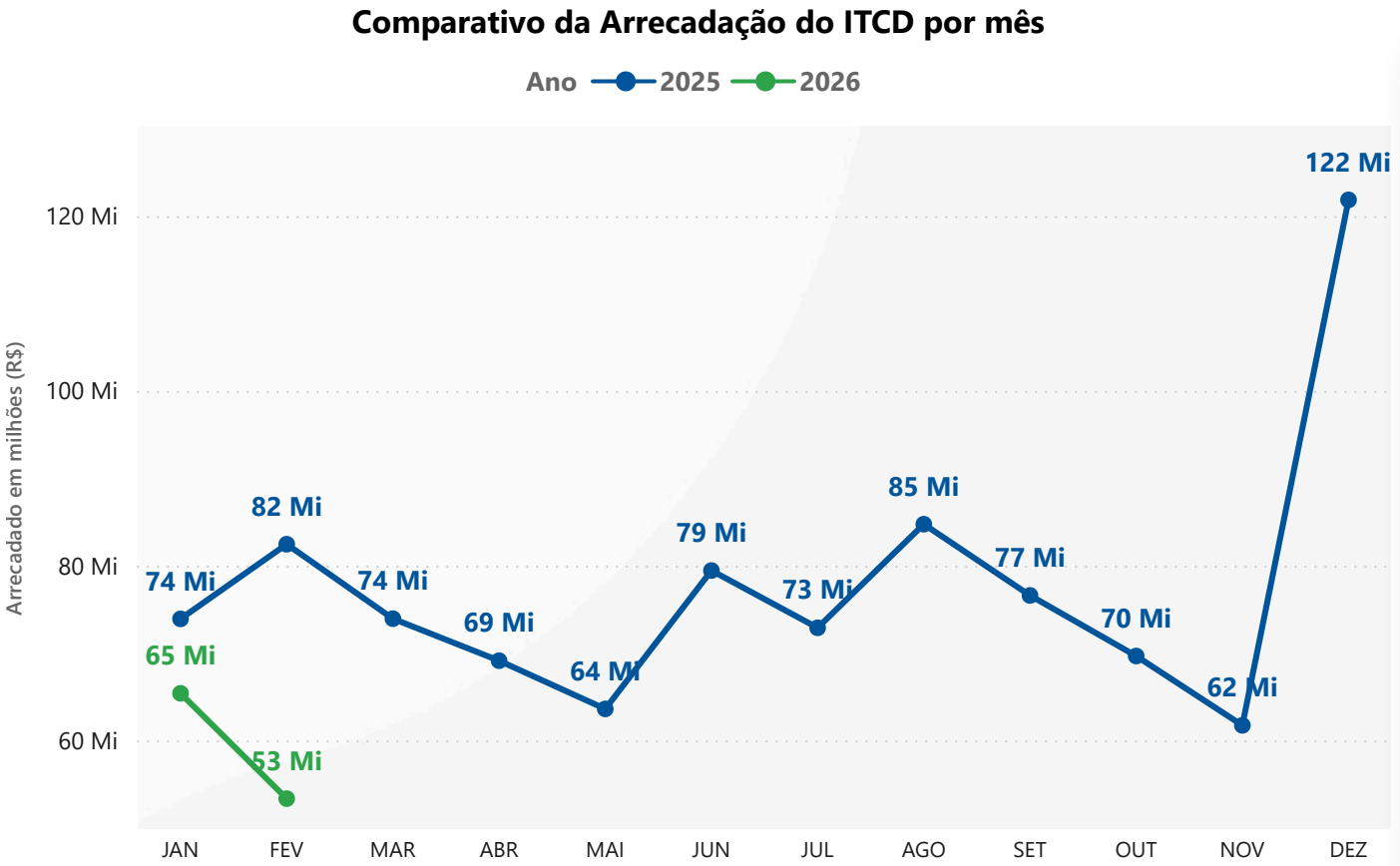
Arrecadação do IPVA por mês				
Mês	Arrecadação IPVA (2025)	Arrecadação IPVA (2026)	Variação Percentual	
JAN	445.855.448,09	498.942.282,52	▲	11,91%
FEV	191.205.363,41	182.059.186,09	▼	-4,78%
Total	637.060.811,50	681.001.468,61		6,90%

Arrecadação bruta do ITCD

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 31/03/2026

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do ITCD (GITCD)



A arrecadação do ITCD não apresenta trajetória regular ao longo do tempo, sendo comum a ocorrência de oscilações relevantes quando comparada ao exercício anterior. De modo geral, a arrecadação observada no mês de fevereiro reflete, sobretudo, as declarações concluídas em janeiro, considerando que o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) vence em 30 dias, além das declarações recebidas e quitadas no próprio mês.

Sob a perspectiva quantitativa, foram concluídas **2.676 declarações** em janeiro e **2.528 declarações** em fevereiro, evidenciando redução no volume de processos recebidos e, consequentemente, impacto negativo sobre a arrecadação do período. A média atual situa-se em aproximadamente **2.602 declarações mensais**, patamar inferior à média de **3.120 declarações por mês** registrada ao longo de 2025.

Outro fator que influencia o desempenho arrecadatório refere-se à inserção de valores de avaliação inconsistentes nas declarações apresentadas pelos contribuintes. Entretanto, os valores informados abaixo do valor venal são posteriormente submetidos à análise fiscal, oportunidade em que os contribuintes poderão regularizar eventuais divergências por meio do procedimento de **Autorregularização**.

Com a edição da **Lei nº 21.915/2023**, o ITCD passou a adotar o regime de **lançamento por homologação** no Estado de Goiás. Desde então, estima-se a existência de um estoque de aproximadamente **90 mil declarações** cujos DAREs foram emitidos com base nas informações prestadas pelos próprios contribuintes, sem a realização prévia de análise por parte da administração tributária.

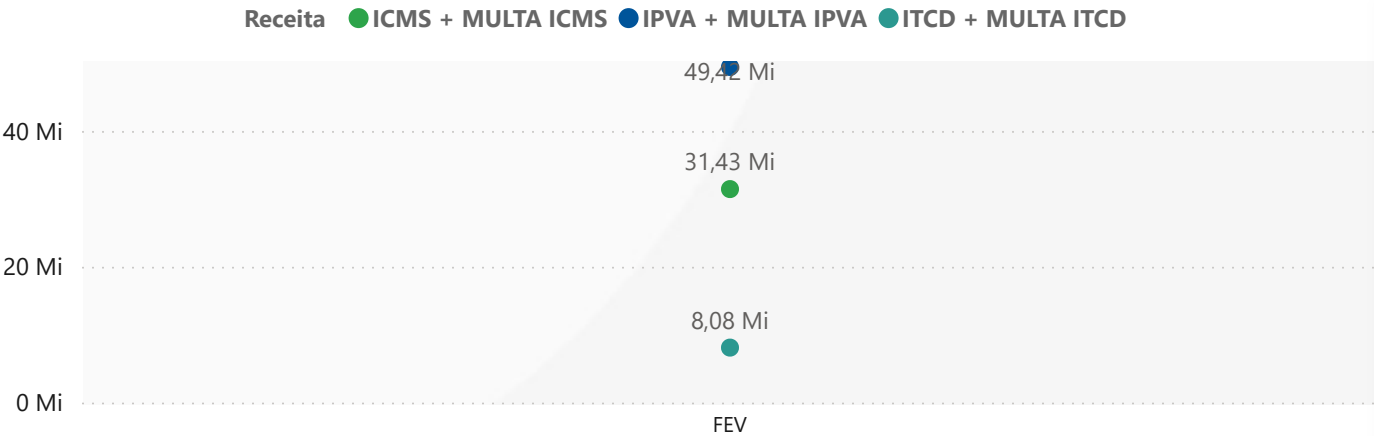
Atualmente, encontra-se em fase final de testes o novo **Módulo de Autorregularização do ITCD WEB 4.0**, com previsão de entrada em produção ainda no mês de março. A expectativa é de que a arrecadação de 2026 seja favorecida pela nova ferramenta, a qual permitirá o processamento automatizado das malhas fiscais, a identificação de inconsistências e o envio de comunicados aos contribuintes, viabilizando a regularização espontânea de pendências. Estima-se o envio de mais de **3.000 comunicados** ao longo de 2026.

Arrecadação do ITCD por mês			
Mês	Arrecadação ITCD (2025)	Arrecadação ITCD (2026)	Variação Percentual
JAN	73.914.054,33	65.396.198,89	-11,52%
FEV	82.457.361,76	53.347.334,65	-35,30%
Total	156.371.416,09	118.743.533,54	-24,06%

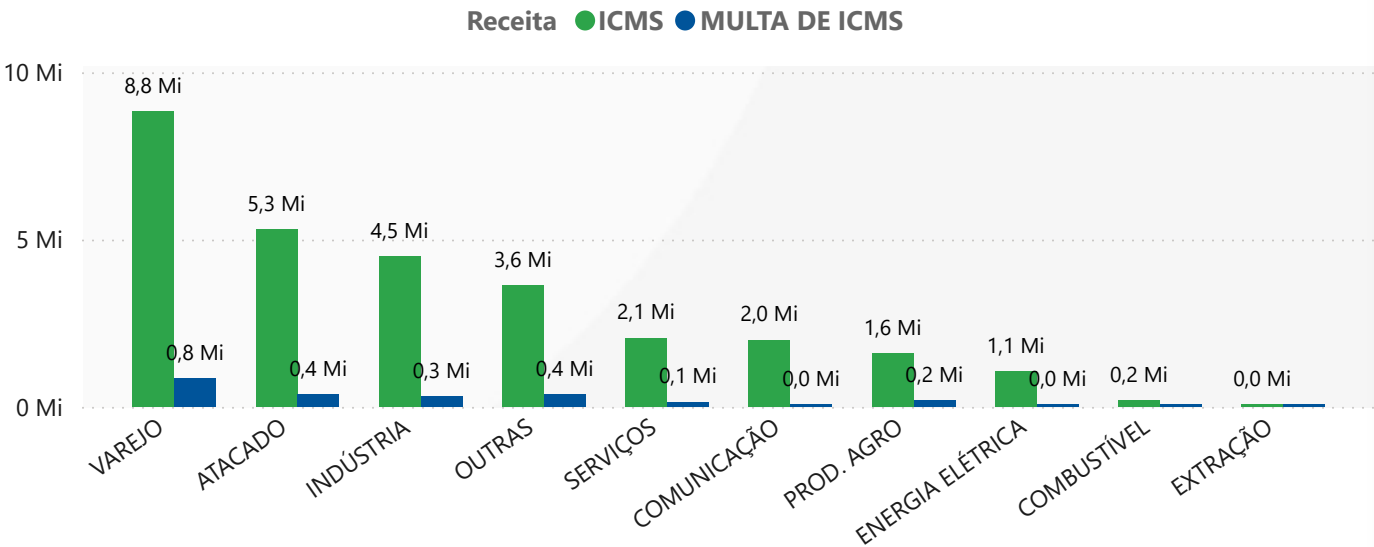
Recuperação de créditos

Comparativo entre exercícios

Arrecadação “Negocie Já II” - Por Tipo de Receita e Mês - Ano: 2026 (em R\$)



Arrecadação Total “Negocie Já II” (ICMS e Multa ICMS) - Por Setor - 2026 (em R\$)



Subsecretaria da Receita Estadual

Superintendência de Recuperação de Crédito (SRC)

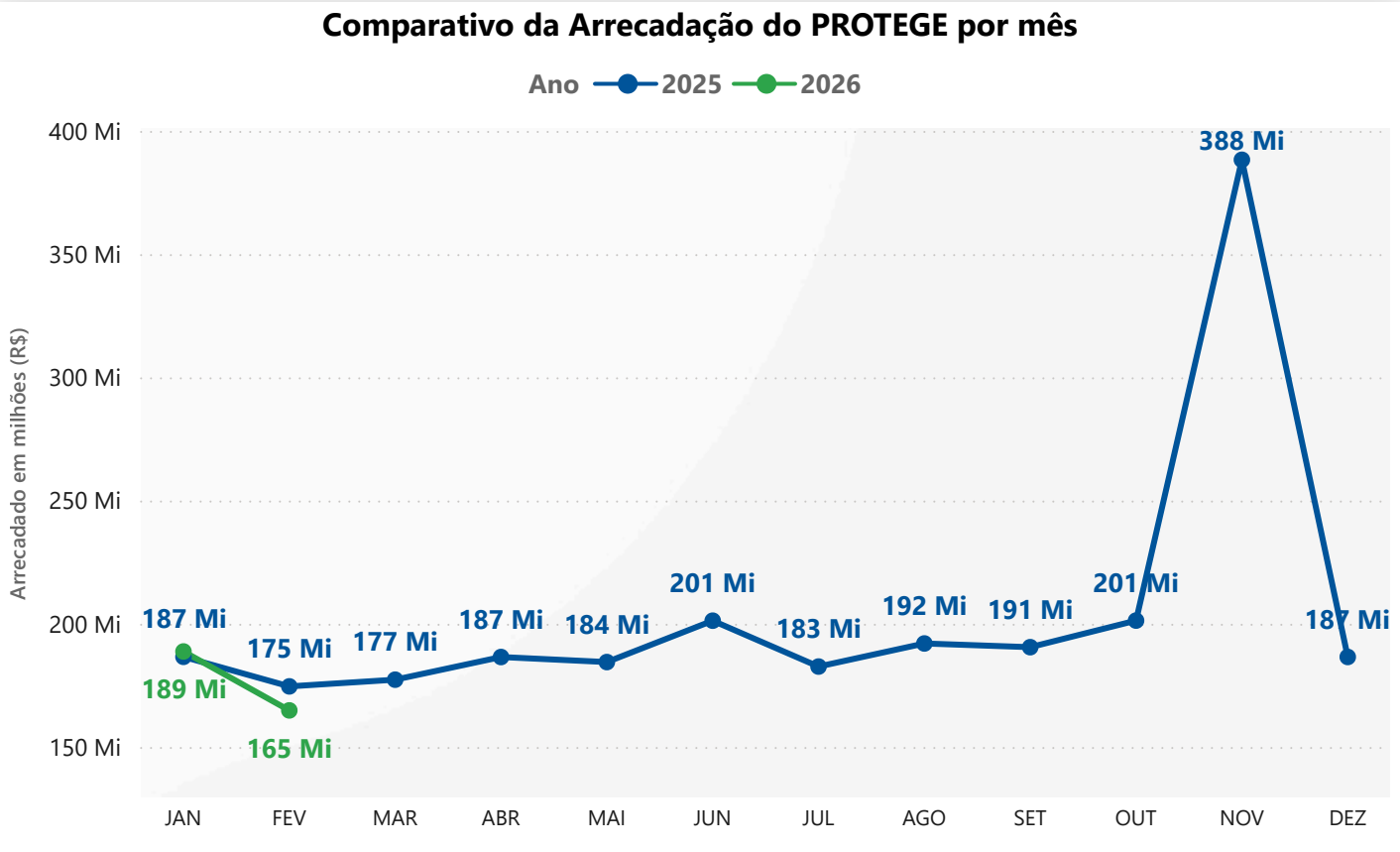
Com o início da vigência da **Lei nº 23.983/2025**, os resultados observados em fevereiro de 2026 refletem a execução da segunda edição do programa de regularização fiscal, denominado **“Negocie Já II”**. No período, o programa registrou a participação de **39.578** contribuintes, alcançando um valor total negociado de **R\$ 478,37 milhões**. Desse montante, **R\$ 88,88 milhões** foram convertidos em arrecadação efetiva, enquanto **R\$ 389,49 milhões** passaram a compor a carteira de parcelamento do Estado. Em termos de volume de processos, foram contabilizados **35.659** autos quitados e cerca de **22 mil** autos parcelados.

A análise segmentada da arrecadação efetiva demonstra que a maior parcela dos recursos ingressados é proveniente do IPVA, que somou **R\$ 49,42 milhões**. Em seguida, o ICMS registrou recolhimento de **R\$ 31,43 milhões**. O ITCD e as Penas Pecuniárias representaram, respectivamente, **R\$ 8,08 milhões** e **R\$ 1,10 milhão** do total arrecadado no período.

No que se refere à constituição da carteira de parcelamento, a distribuição por tipo de exação indica predominância do ICMS, que concentrou **R\$ 350,98 milhões** do valor total parcelado. O IPVA compôs **R\$ 30,18 milhões** dessa carteira, seguido pelo ITCD, com **R\$ 6,36 milhões**, e pelas Penas Pecuniárias, que registraram **R\$ 1,97 milhão** em valores vinculados a acordos de pagamento a prazo.

Arrecadação do PROTEGE

Comparativo entre exercícios



Arrecadação do PROTEGE por mês do ano				
Mês	Arrecadação PROTEGE (2025)	Arrecadação PROTEGE (2026)	Variação Percentual	
JAN	186.588.077,81	188.759.007,18	▲	1,16%
FEV	174.589.336,83	164.843.893,75	▼	-5,58%
Total	361.177.414,64	353.602.900,93		-2,10%

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

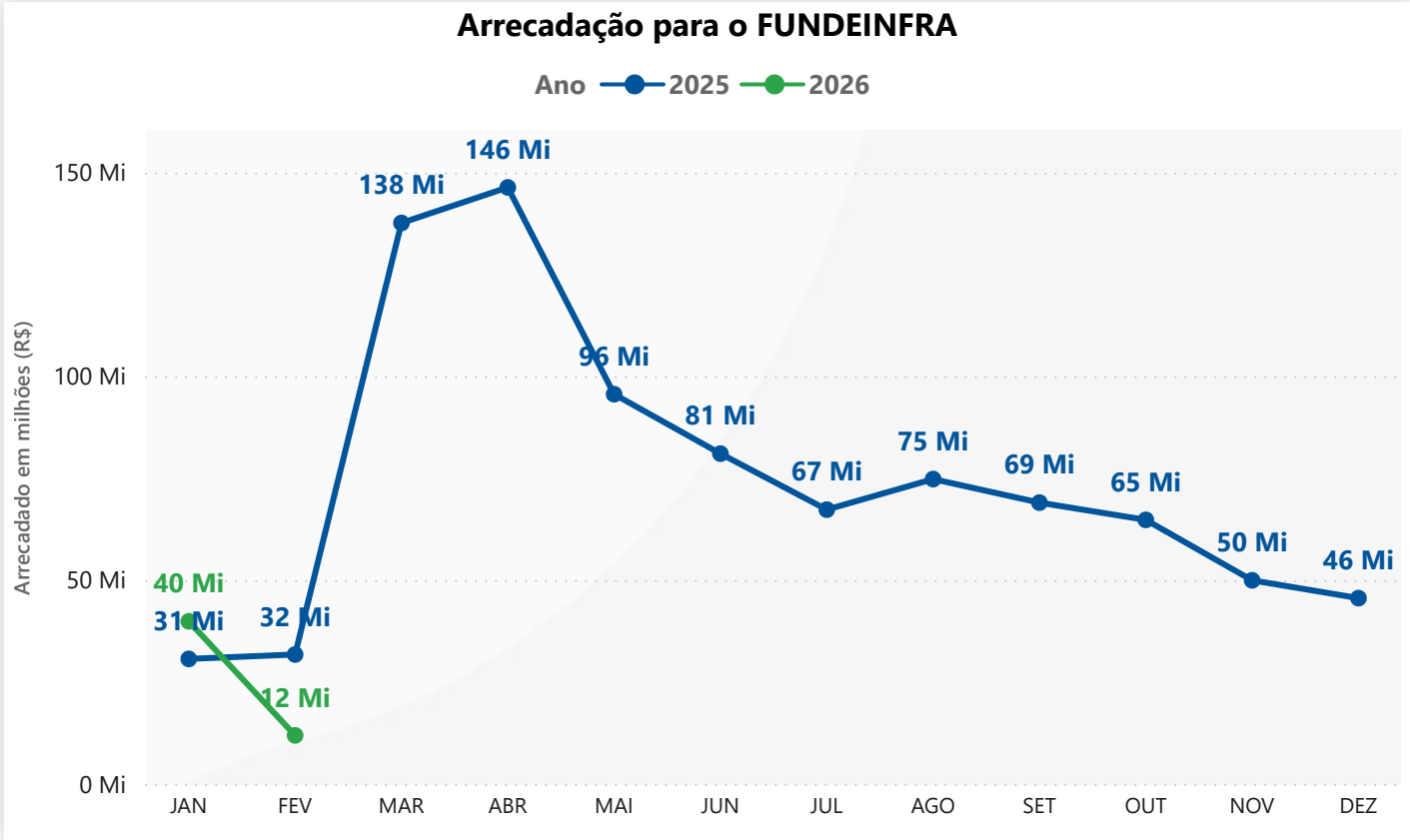
A arrecadação do PROTEGE em fevereiro de 2026 atingiu **R\$ 164,8 milhões**, resultado **5,58%** inferior ao registrado no mesmo mês do exercício anterior, quando foram arrecadados **R\$ 174,5 milhões**.

Historicamente, a arrecadação mensal do PROTEGE não apresenta grandes variações, registrando desvios em torno da média geralmente inferiores a **10%**, exceto em situações atípicas ocasionais.

No mês de fevereiro de 2026, considerando a ausência de eventos atípicos relevantes — como alterações legislativas ou a conclusão de demandas judiciais —, a arrecadação manteve-se próxima aos valores médios esperados para o período.

Arrecadação do FUNDEINFRA

Comparativo entre exercícios



Arrecadação do FUNDEINFRA por Mês				
Mês	Arrecadação Fundeinfra (2025)	Arrecadação Fundeinfra (2026)	Variação Percentual	
JAN	30.664.736,38	39.883.088,66	▲	30,06%
FEV	31.749.174,83	11.892.770,23	▼	-62,54%
Total	62.413.911,21	51.775.858,89		-17,04%

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

Em fevereiro de 2026, a arrecadação do FUNDEINFRA totalizou **R\$ 11,89 milhões**, o que representa uma queda de **62,54%** em relação ao mesmo mês de 2025, quando foram arrecadados **R\$ 31,74 milhões**. Em comparação ao mês anterior, a arrecadação apresentou redução de **70,18%**.

Cabe destacar que a arrecadação observada em 2025 foi impactada, em grande parte, pelos efeitos dos acordos de compensação firmados com contribuintes, conforme previsto no art. 6-A da Lei nº 21.670/2022. Esses acordos, iniciados ao final de 2024, permitem a compensação de valores devidos ao fundo com investimentos em estudos, projetos ou obras, o que afeta diretamente a arrecadação efetiva.

Para o exercício de 2026, considerando que foi anunciado em **18/02/2026**, pelo governador, o encaminhamento de projeto de lei com o objetivo de encerrar a contribuição ao FUNDEINFRA, não é esperada arrecadação relevante para o fundo nos próximos meses.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1	Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2	Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3	Despesa Liquidada	30
3.4	Mínimos Constitucionais	31

Nesta seção apresenta-se a execução orçamentária do Estado, destacando as principais informações referentes à dotação, empenho, liquidação e pagamento da despesa pública. Além disso, detalha-se a execução orçamentária das despesas vinculadas em saúde e educação. Por fim, são apresentados o resultado orçamentário e o resultado primário.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - **Incluindo Poderes**

53,38 Bi

Realizado até fevereiro
Dotação Autorizada

17,94 Bi

Realizado até fevereiro
Valor Empenhado

7,14 Bi

Realizado até fevereiro
Valor liquidado

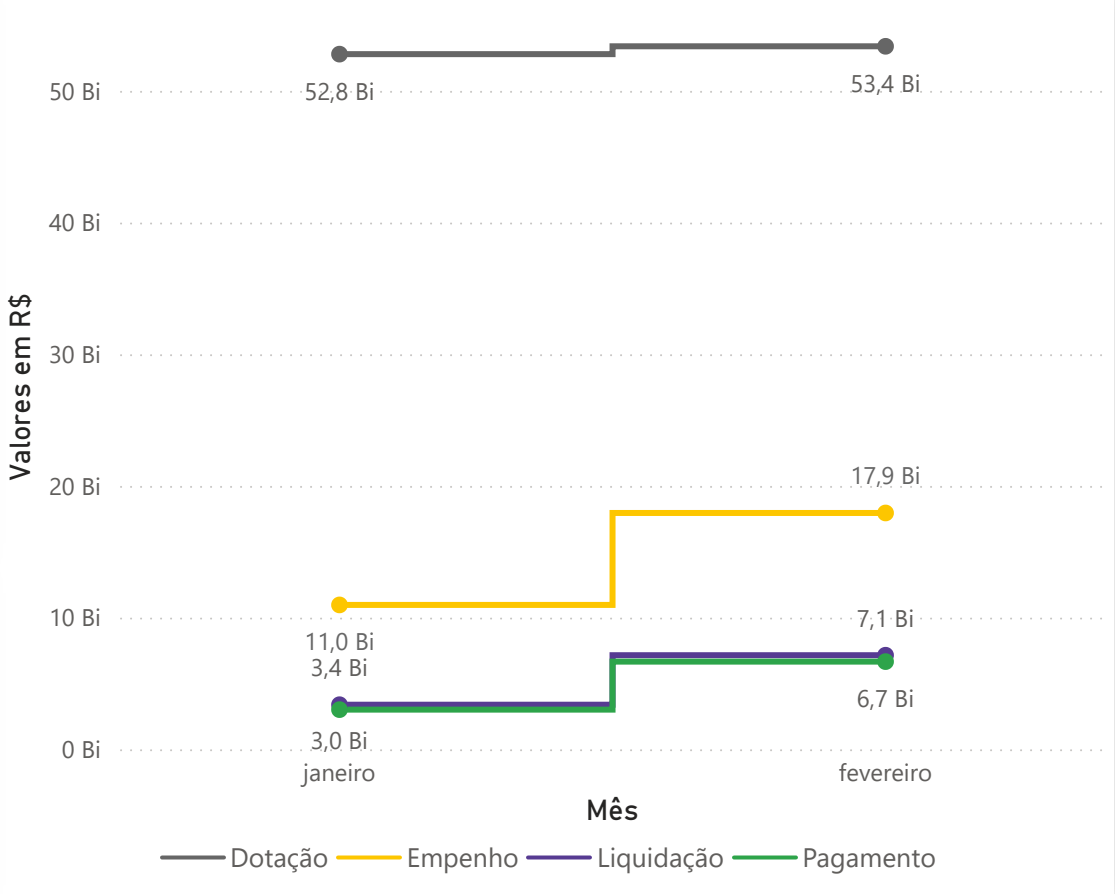
6,66 Bi

Realizado até fevereiro
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	28.763 Mi	5.455 Mi	4.571 Mi	4.493 Mi	18,96%	83,80%	98,30%
2	405 Mi	229 Mi	53 Mi	53 Mi	56,45%	23,21%	100,00%
3	16.574 Mi	10.120 Mi	2.284 Mi	1.910 Mi	61,06%	22,56%	83,63%
4	5.125 Mi	1.455 Mi	93 Mi	59 Mi	28,38%	6,38%	63,19%
5	62 Mi	4 Mi	4 Mi	4 Mi	5,76%	99,72%	100,00%
6	971 Mi	682 Mi	138 Mi	138 Mi	70,20%	20,22%	100,00%
9	1.483 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	53.383 Mi	17.944 Mi	7.142 Mi	6.656 Mi	33,61%	39,80%	93,20%

Esse painel apresenta a execução orçamentária do Estado incluindo outros Poderes. Em fevereiro de 2026, foram empenhados **R\$ 17,94 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 7,14 bilhões**, correspondendo a **39,80%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até o momento totalizam **R\$ 6,66 bilhões**, o que representa **93,20%** do valor liquidado.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - Apenas Executivo

45,64 Bi

Realizado até fevereiro
Dotação Autorizada

15,29 Bi

Realizado até fevereiro
Valor Empenhado

6,01 Bi

Realizado até fevereiro
Valor liquidado

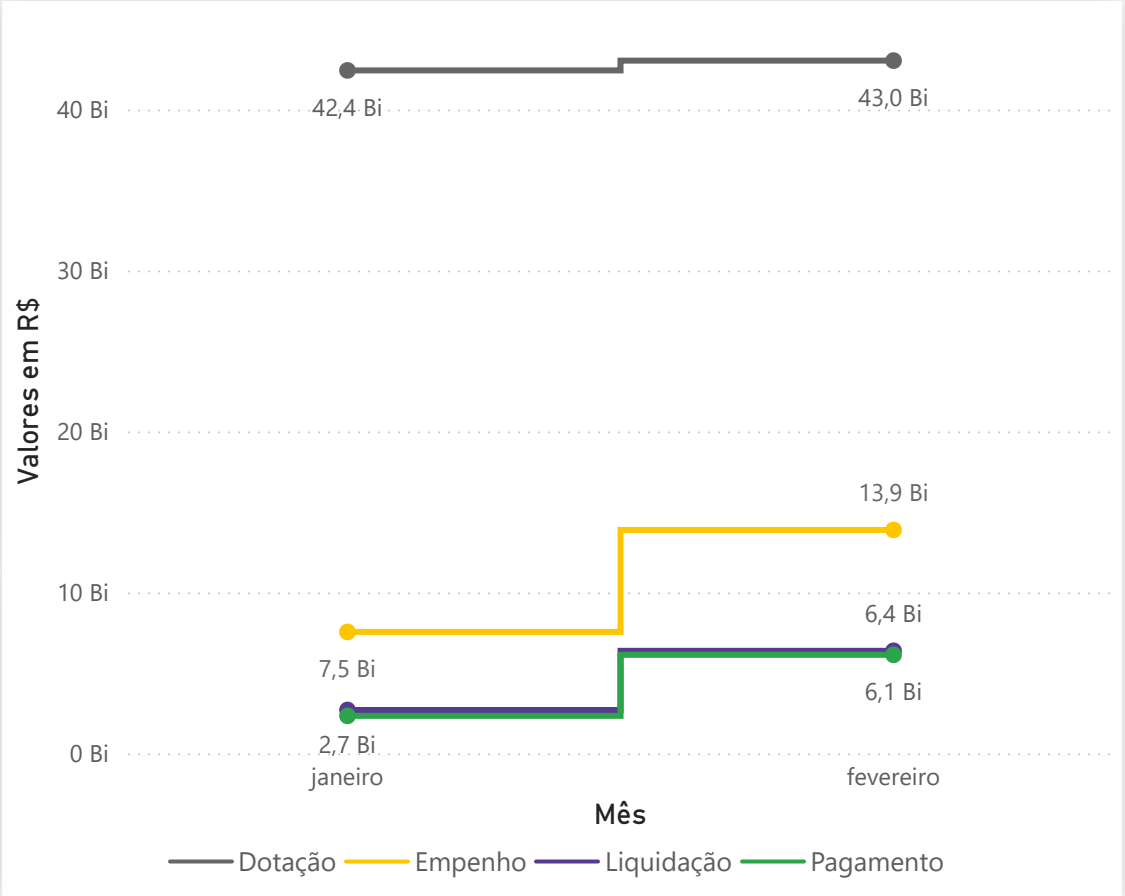
5,55 Bi

Realizado até fevereiro
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	24.044 Mi	4.039 Mi	3.711 Mi	3.654 Mi	16,80%	91,89%	98,44%
2	405 Mi	229 Mi	53 Mi	53 Mi	56,45%	23,21%	100,00%
3	14.138 Mi	8.923 Mi	2.016 Mi	1.647 Mi	63,12%	22,59%	81,72%
4	4.567 Mi	1.415 Mi	88 Mi	54 Mi	30,98%	6,24%	61,35%
5	32 Mi	4 Mi	4 Mi	4 Mi	11,16%	99,72%	100,00%
6	971 Mi	682 Mi	138 Mi	138 Mi	70,20%	20,22%	100,00%
9	1.483 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	45.640 Mi	15.291 Mi	6.010 Mi	5.550 Mi	33,50%	39,30%	92,34%

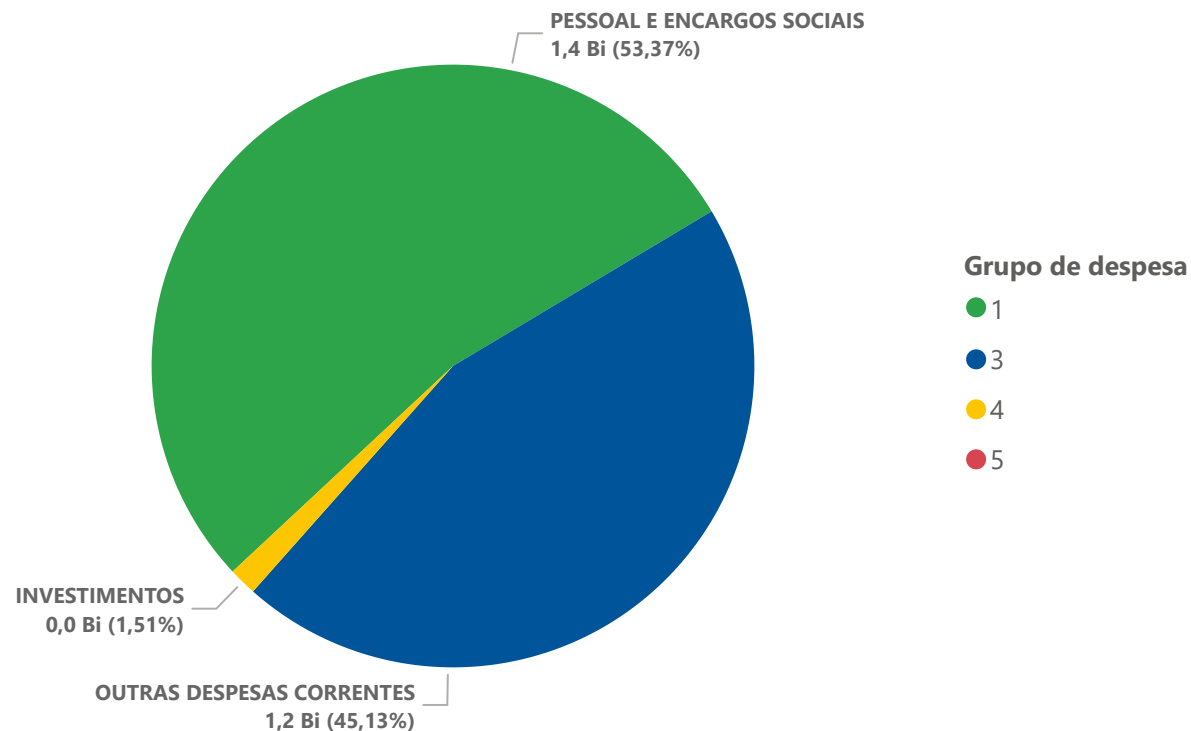
No que se refere ao Poder Executivo, verifica-se que em **fevereiro** de 2026, foram empenhados **R\$ 15,29 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 6,01 bilhões**, correspondendo a **39,30%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até o momento totalizam **R\$ 5,55 bilhões**, o que representa **92,34%** do valor liquidado.

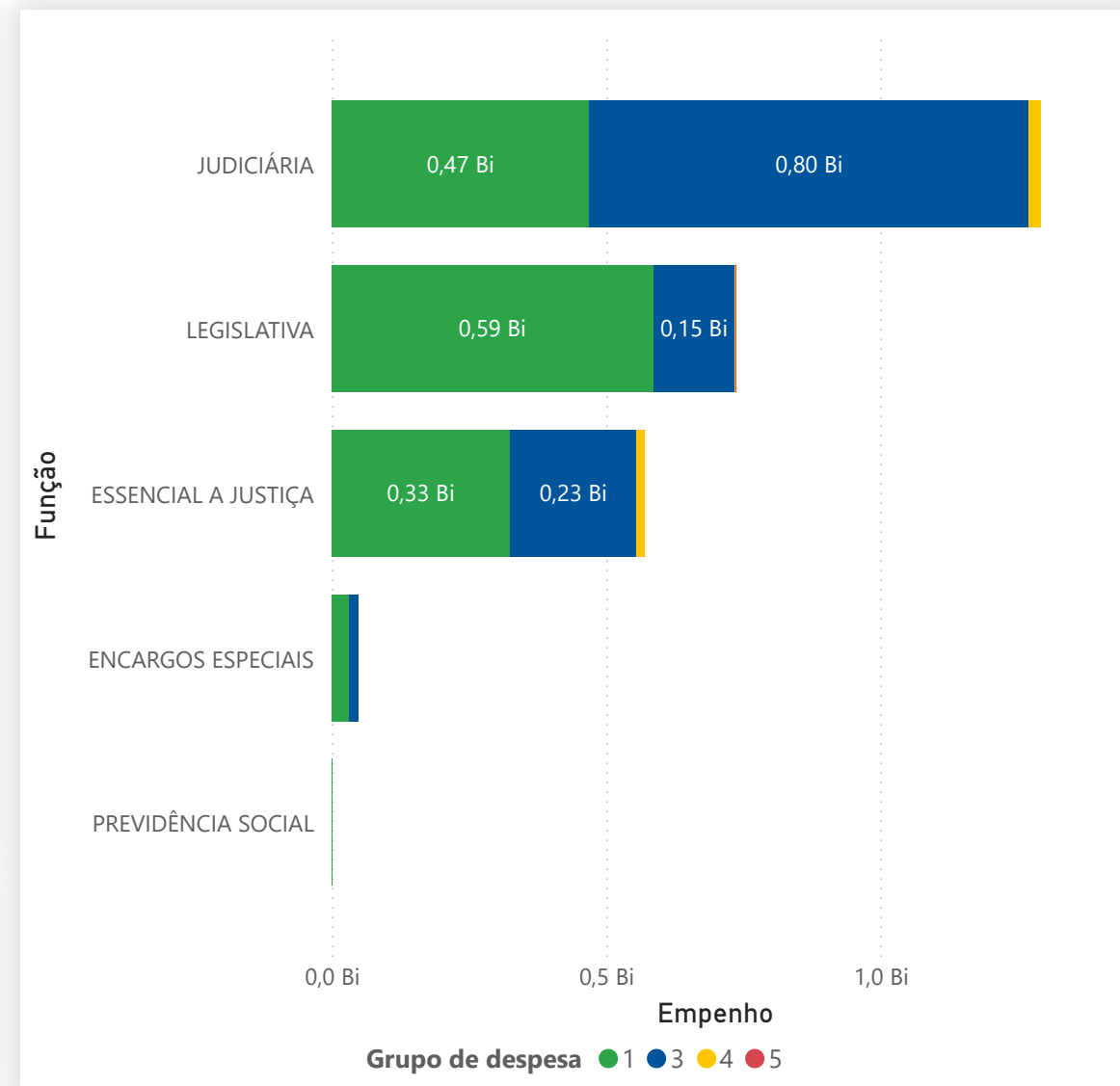


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - **Outros Poderes**

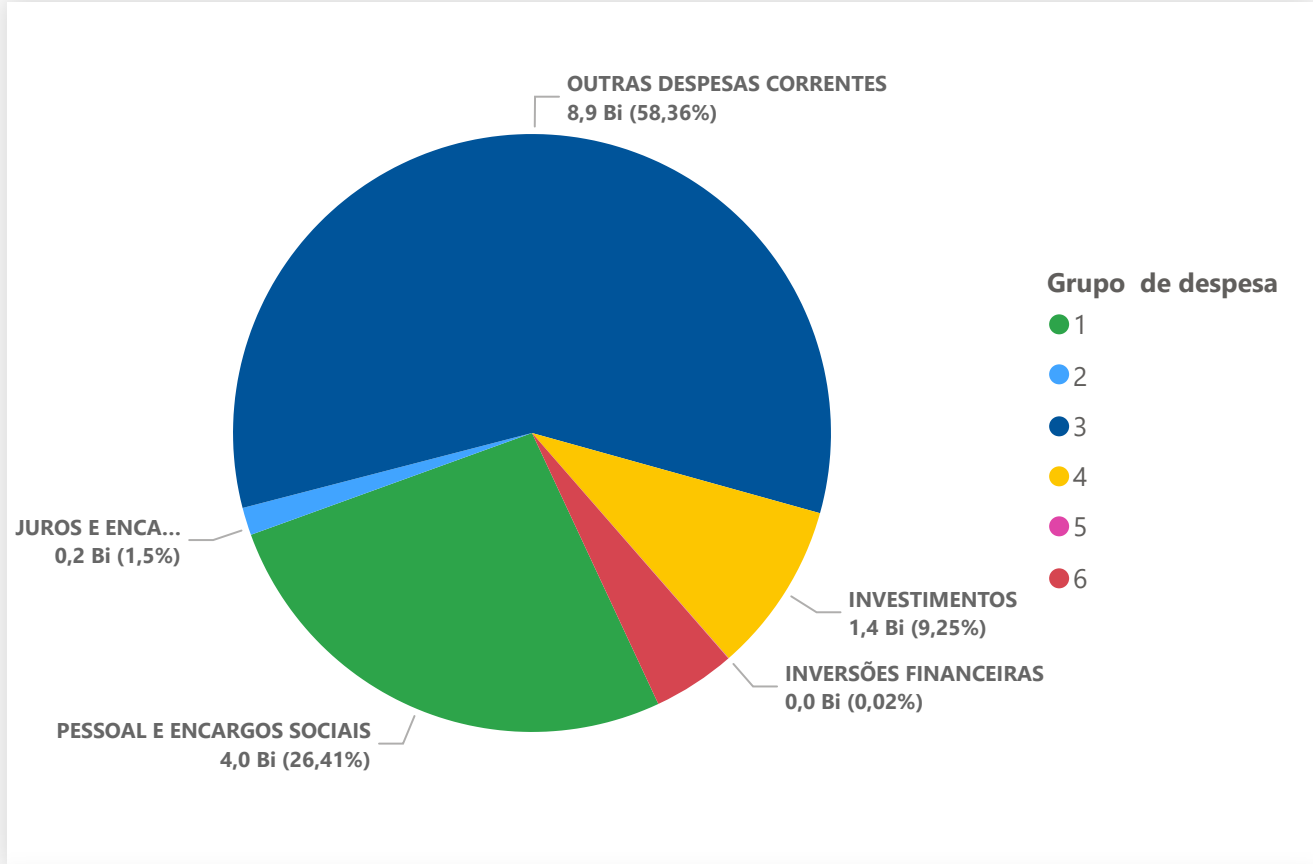


No gráfico acima tem-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções relacionadas aos Outros Poderes. O principal grupo de despesa é o de Pessoal e Encargos Sociais, representando **53,37%**. Em seguida, tem-se as Outras Despesas Correntes, correspondendo a **45,13%**. Por fim, os Investimentos representam **1,51%**.

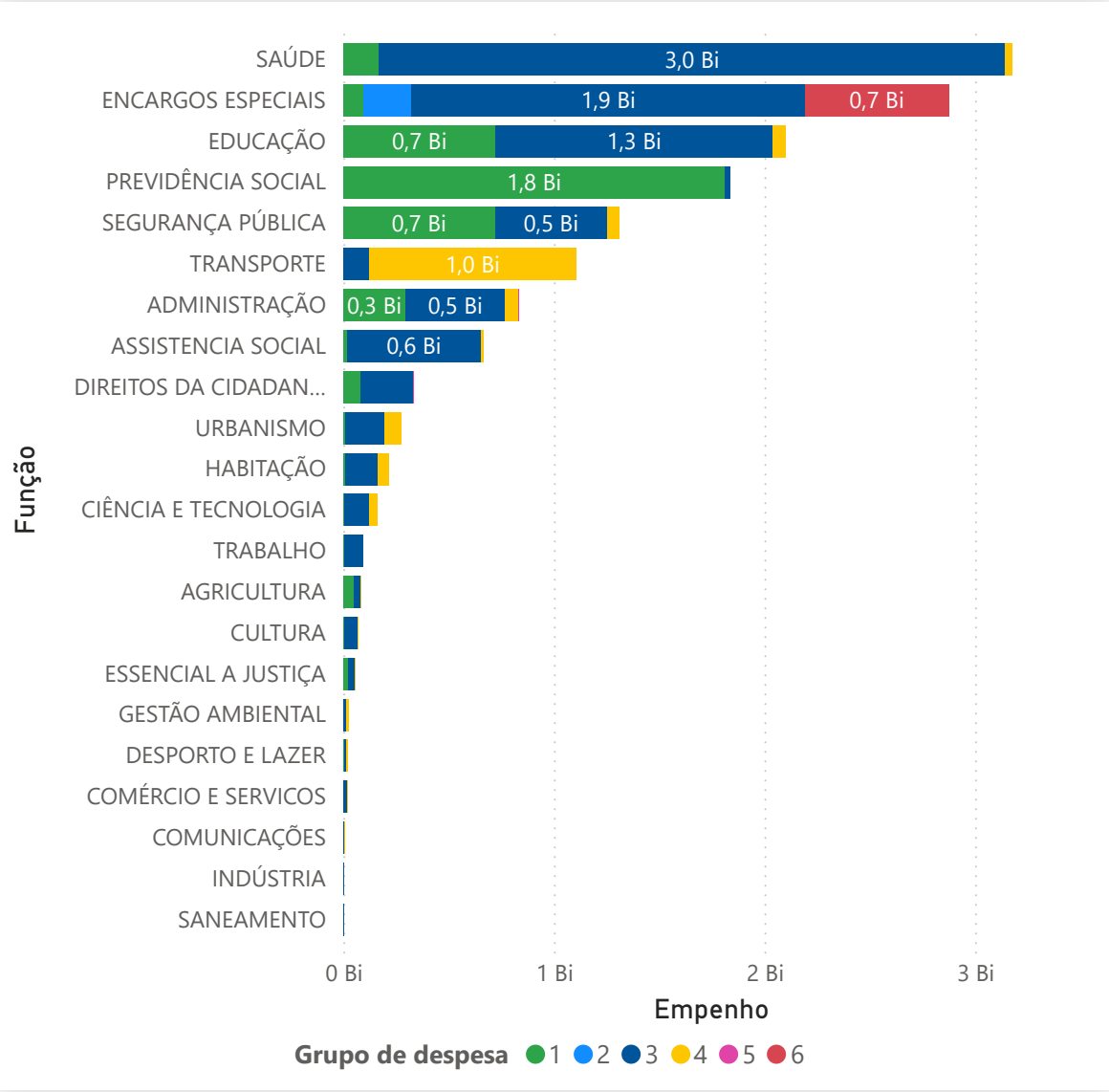


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Apenas Executivo



No Gráfico apresenta-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções, considerando apenas o Poder Executivo. O principal grupo de despesa é Outras Despesas Correntes, correspondendo a **58,36%** do total. Em seguida, destacam-se as despesa com Pessoal e Encargos Sociais, que representa **26,41%**. Os Investimentos, por sua vez, representam **9,25%**. Destaca-se o empenho para as áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.



Despesa liquidada

Comparativo anual - Apenas Executivo

6,01 Bi

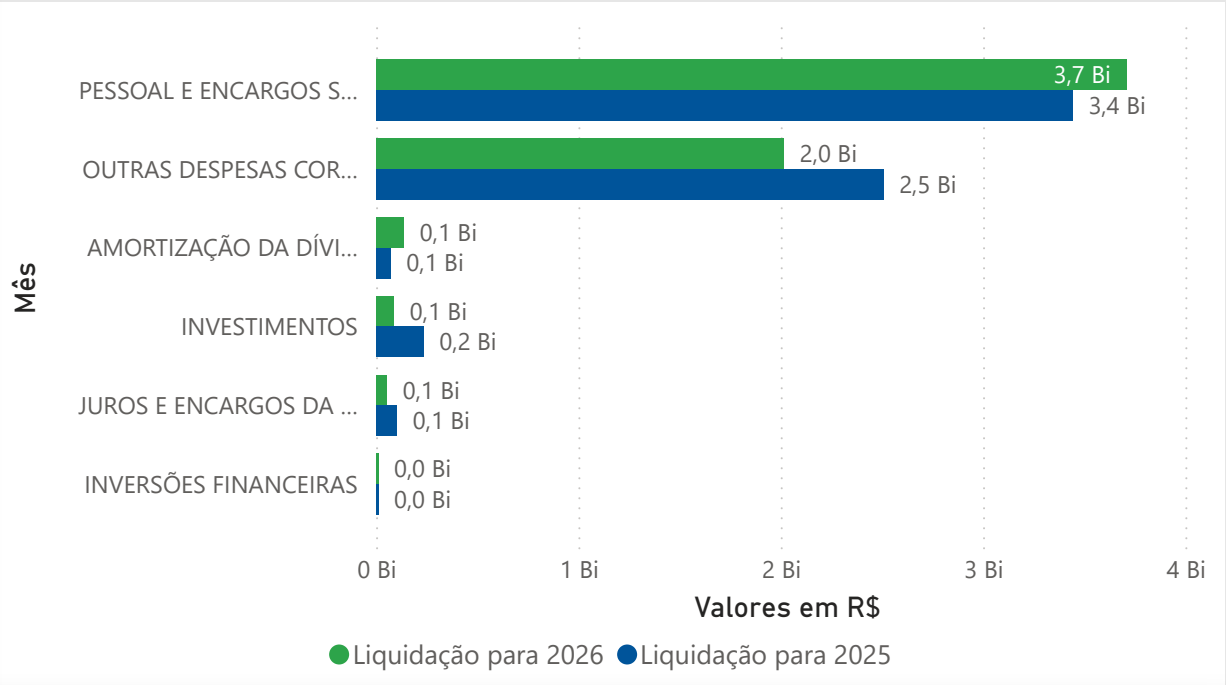
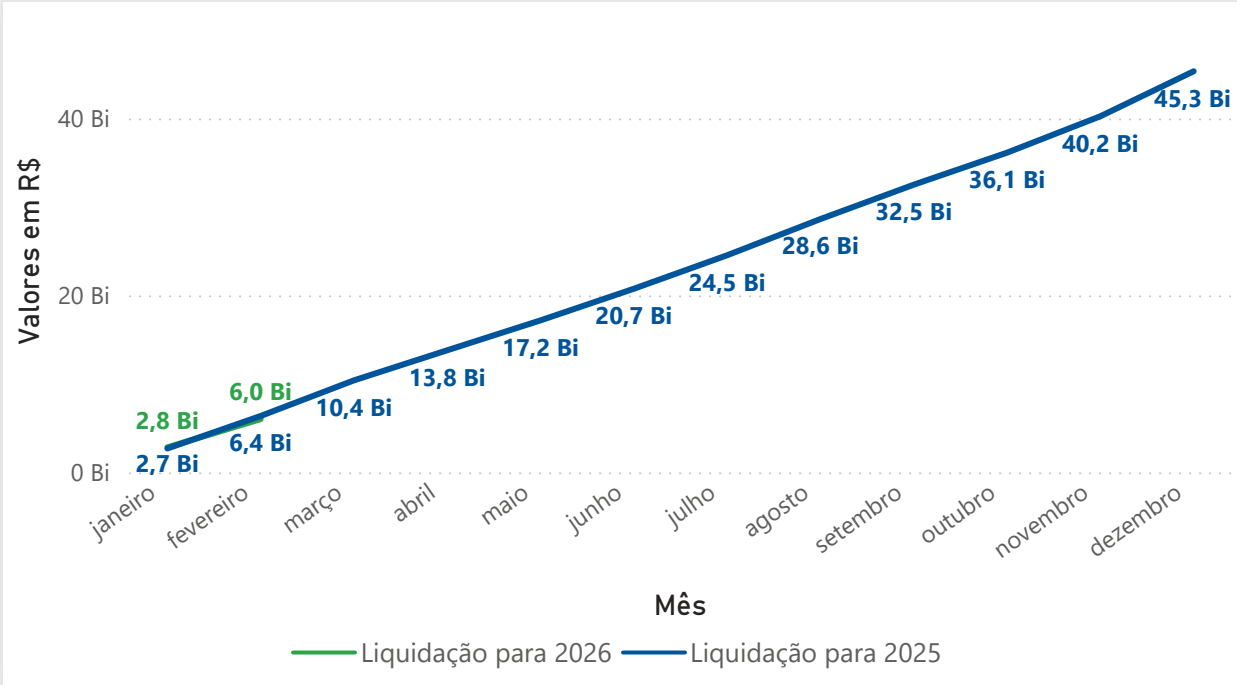
Realizado até fevereiro
Despesa Liquidada em 2026

6,37 Bi

Realizado até fevereiro
Despesa Liquidada em 2025

-5,58%

Variação (%)
Despesa Total Liquidada

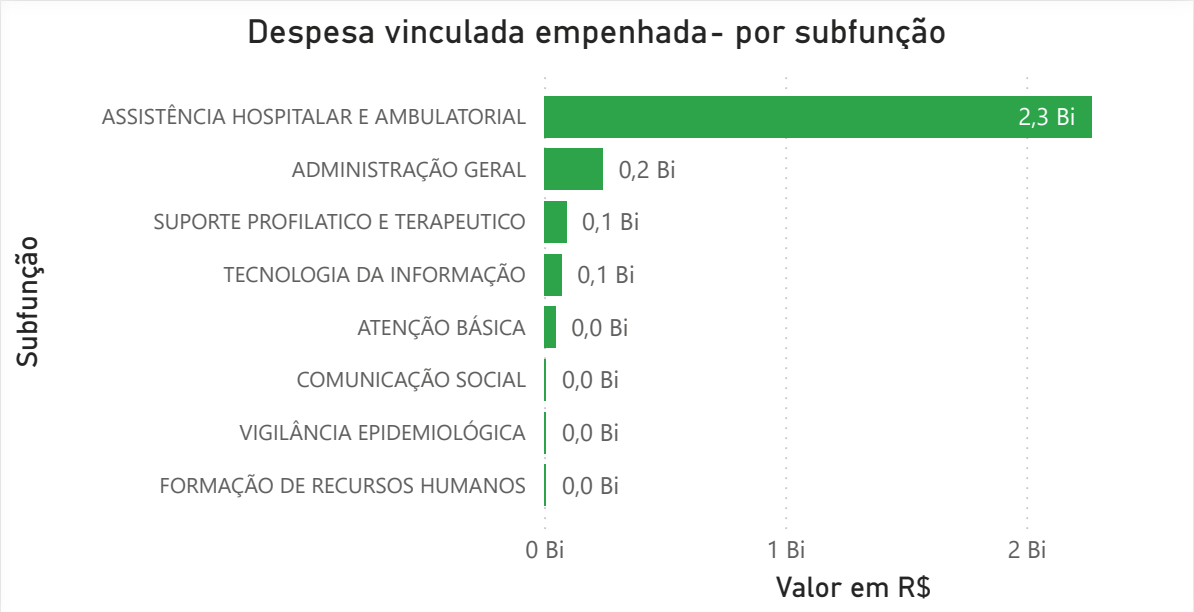
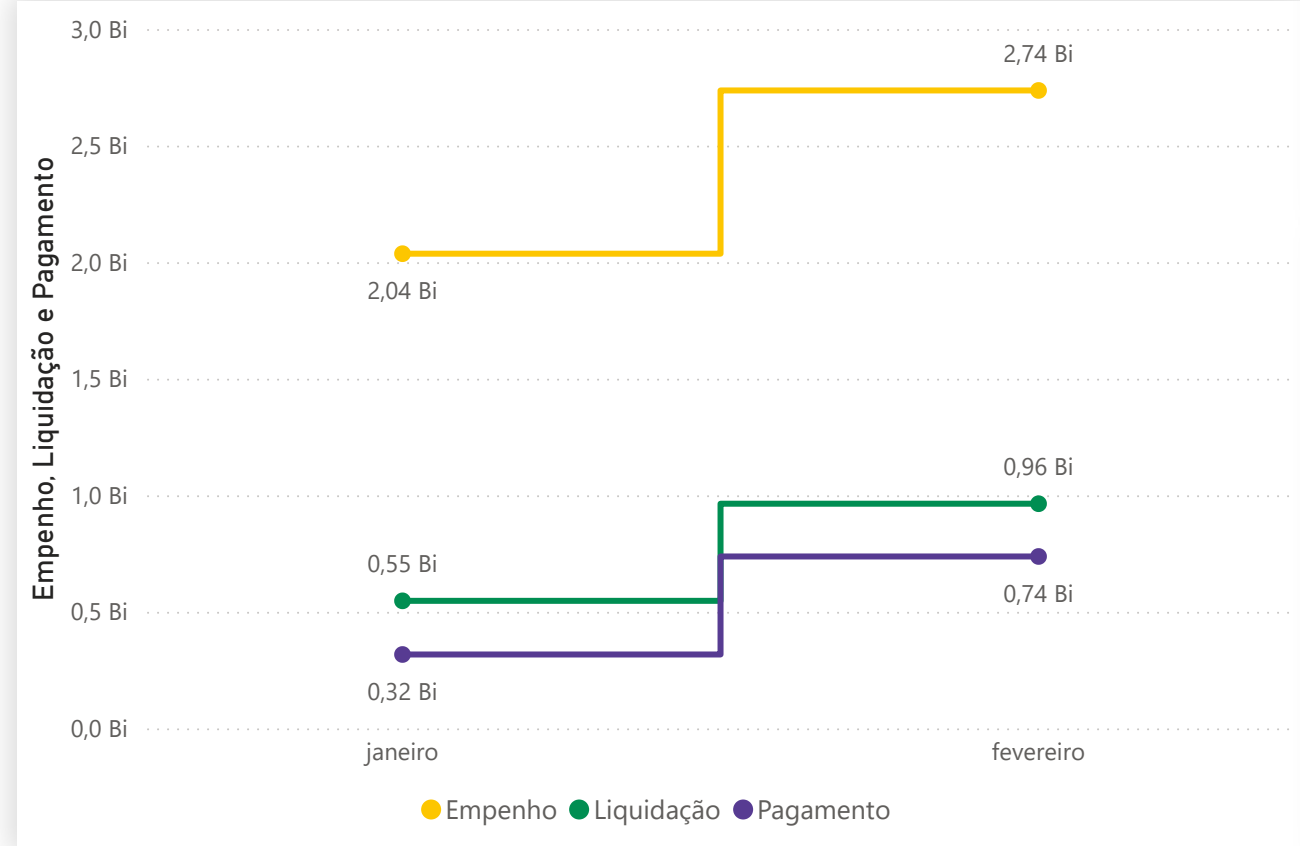


Acima apresenta-se a Despesa Liquidada do Poder Executivo. O total de despesa liquidada em fevereiro em 2026 foi de **R\$ 6,01 bilhões**, o que representa uma queda de **-5,58%** em relação ao mesmo período de 2025, quando a despesa totalizou **R\$ 6,37 bilhões**. Já o Gráfico à direita detalha as despesas por grupo, destacando que o maior componente é o de Pessoal e Encargos Sociais, que totalizou **R\$ 3,71 bilhão (+7,80%)**, seguido pelas Outras Despesas Correntes, com **R\$ 2,02 bilhões (-19,60%)** e os Investimentos que somaram **R\$ 88,25 milhões (-84,50%)**.

Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Saúde

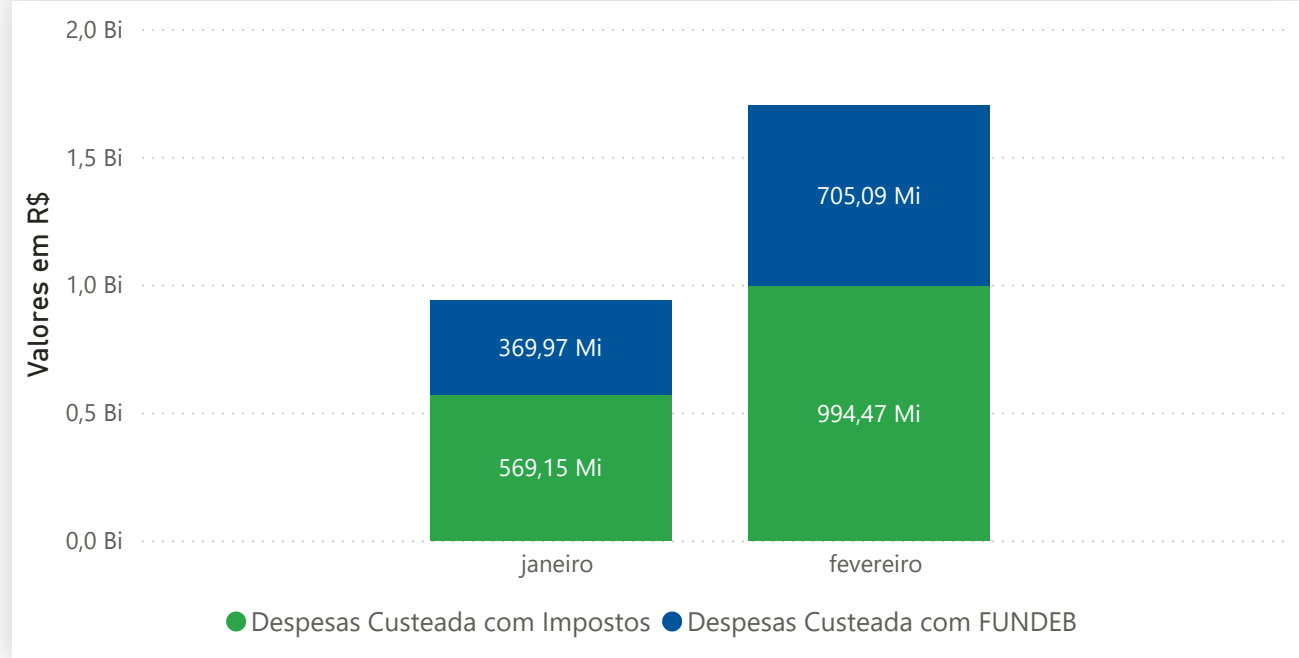
Esse painel apresenta a execução orçamentária das despesas relacionadas ao cumprimento do mínimo constitucional com saúde. Sob a ótica da execução, em fevereiro de 2026, foram empenhados **R\$ 2,74 bilhões**, dos quais foram liquidados **R\$ 963,56 milhões** e pagos **R\$ 736,04 milhões**. Nos Gráficos ao lado, demonstram-se a despesa empenhada por grupo de despesas e por subfunção.



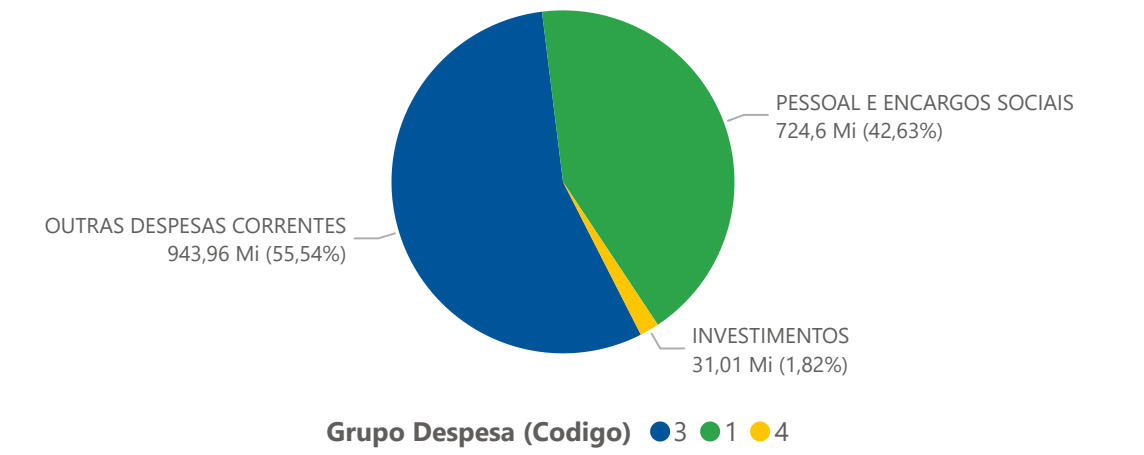
Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Educação

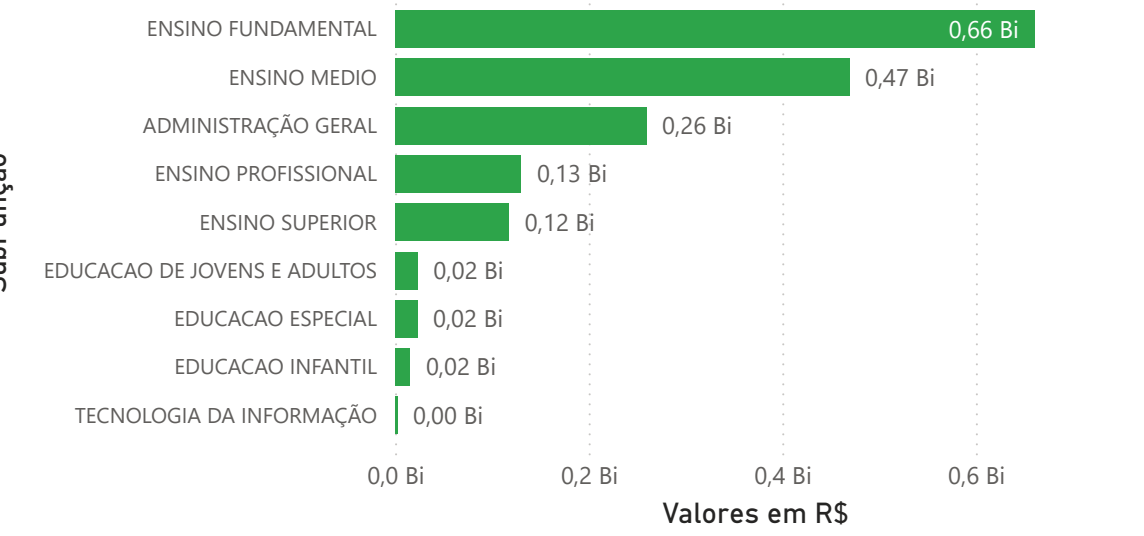
Quanto à vinculação constitucional em educação, o Estado deve destinar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Deste montante, 20% da RLIT são retidos automaticamente para o FUNDEB, cabendo ao Estado o aporte complementar para atingir o limite exigido. Em fevereiro de 2026, as despesas empenhadas com **Recursos de Impostos (exceto FUNDEB)** somaram **R\$ 994,47 milhões**, enquanto as **Despesas custeadas com recursos do FUNDEB**, somaram **R\$ 705,09 milhões**. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou **R\$ 1,70 bilhão**.



Despesas com ações típicas de MDE custeadas com receitas de impostos e FUNDEB - Empenho



Despesas com ações típicas de MDE custeadas com receitas de impostos e FUNDEB - Empenho



4. PRINCIPAIS RESULTADOS

4.1	Resultado Orçamentário	34
4.2	Resultado Primário	35
4.3	Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4	Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5	Disponibilidade de Caixa	38

Nesta seção apresentam-se os principais resultados do Estado de Goiás em fevereiro de 2026, como o Resultado Orçamentário, Resultado Primário, a Receita Corrente Líquida (RCL), os Limites de Despesa com Pessoal e a Disponibilidade de Caixa.



Resultado Orçamentário

Receitas e Despesas

8,41 Bi

Acumulado até fevereiro
TOTAL DAS RECEITAS

7,14 Bi

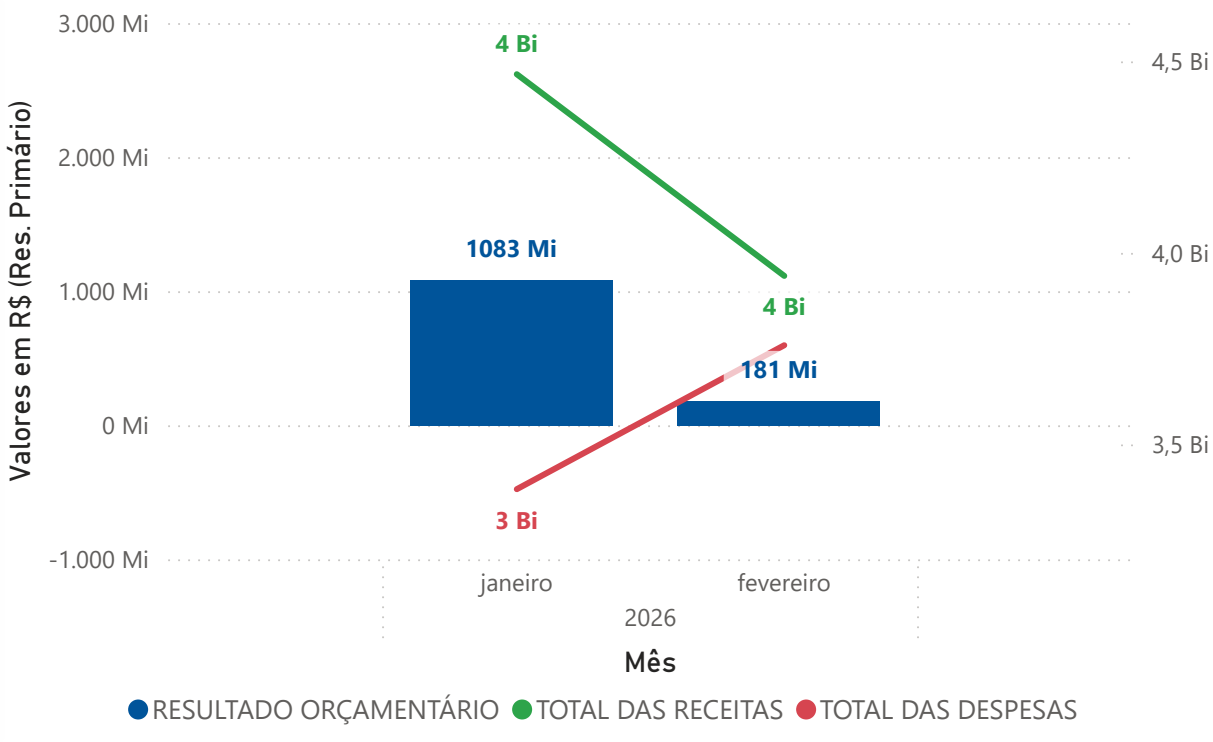
Acumulado até fevereiro
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS

1,26 Bi

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO ACUMULADO

RECEITAS (Realizadas)	2026 (Acumulado)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.103,02 Mi
RECEITAS CORRENTES	8.070,54 Mi
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.621,67 Mi
CONTRIBUIÇÕES	333,34 Mi
RECEITA PATRIMONIAL	334,45 Mi
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi
RECEITA INDUSTRIAL	0,00 Mi
RECEITA DE SERVIÇOS	30,37 Mi
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.166,94 Mi
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	583,77 Mi
RECEITAS DE CAPITAL	32,48 Mi
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	303,06 Mi
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.406,08 Mi
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00 Mi
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	8.406,08 Mi

DESPESAS (Liquidado)	2026 (Acumulado)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	6.837,83 Mi
DESPESAS CORRENTES	6.603,54 Mi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.302,96 Mi
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	53,09 Mi
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.247,49 Mi
DESPESAS DE CAPITAL	234,29 Mi
INVESTIMENTOS	92,87 Mi
INVERSÕES FINANCEIRAS	3,55 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	137,87 Mi
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	303,84 Mi
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.141,67 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00 Mi
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	7.141,67 Mi



O resultado orçamentário representa o saldo entre receitas e despesas de todo o governo, incluindo componentes financeiros, como os juros e a amortização da dívida pública. Em fevereiro de 2026, o total das receitas foi de **R\$ 8,41 bilhões**, enquanto as despesas totais no mesmo período somaram **R\$ 7,14 bilhões**. Assim, o Estado de Goiás registrou um superávit de **R\$ 1,26 bilhão** no período.

Resultado Primário

Receitas e Despesas

7,52 Bi

Acumulado até fevereiro

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

5,76 Bi

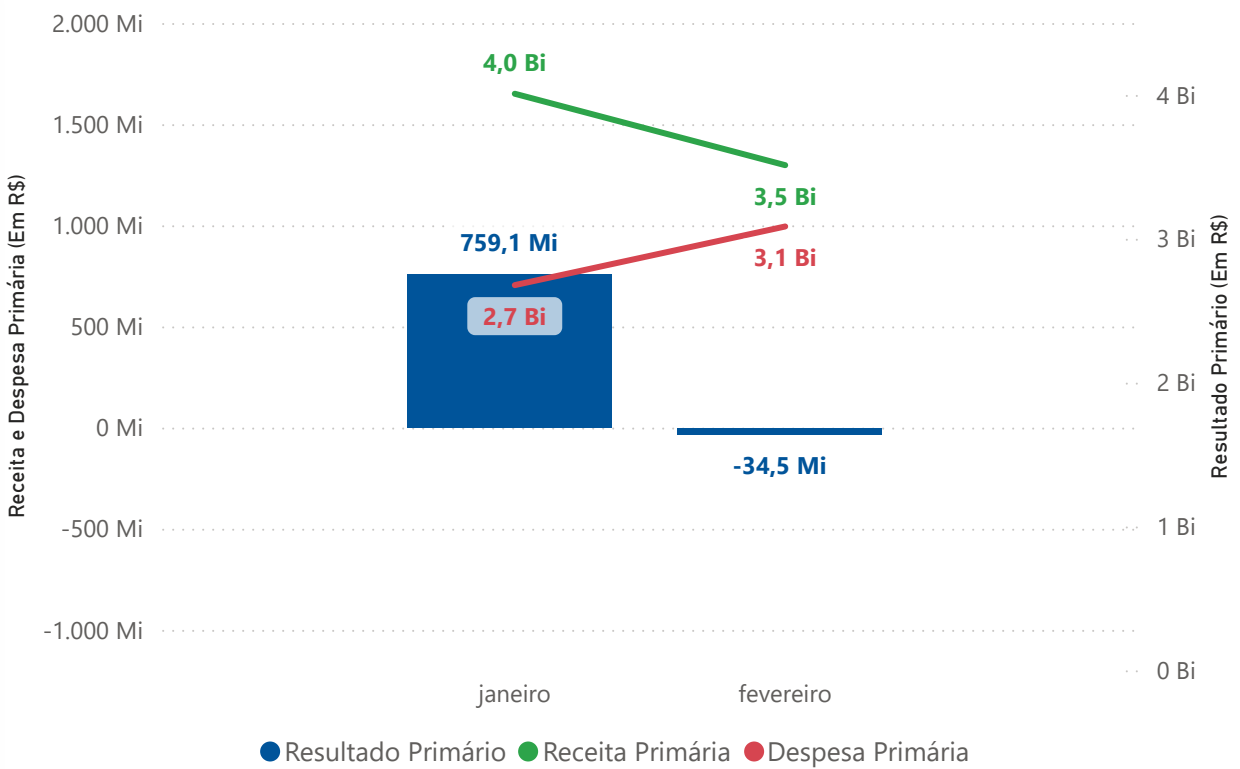
Acumulado até fevereiro

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

724,55 Mi

RESULTADO PRIMÁRIO ACUMULADO

Descrição	Despesa Paga	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Pago
DESPEAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	5.754,19 Mi	135,82 Mi	443,44 Mi
Pessoal e Encargos Sociais	3.793,51 Mi	58,59 Mi	5,39 Mi
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	53,09 Mi	0,01 Mi	0,00 Mi
Outras Despesas Correntes	1.907,58 Mi	77,22 Mi	438,05 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	5.701,10 Mi	135,80 Mi	443,44 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	701,80 Mi	0,22 Mi	1,13 Mi
DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	200,01 Mi	129,33 Mi	323,38 Mi
Investimentos	58,59 Mi	27,70 Mi	316,38 Mi
Inversões Financeiras	3,55 Mi	101,63 Mi	7,00 Mi
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Demais Inversões Financeiras	3,55 Mi	101,63 Mi	7,00 Mi
Amortização da Dívida (XXVII)	137,87 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	62,14 Mi	129,33 Mi	323,38 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,09 Mi	0,00 Mi	0,09 Mi
DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	6.465,13 Mi	265,35 Mi	768,04 Mi
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	5.763,24 Mi	265,14 Mi	766,82 Mi



O gráfico apresentado mostra a evolução mensal da Receita Primária, da Despesa Primária e do Resultado Primário ao longo de 2026.

Receita Corrente Líquida (RCL)

Acumulada 12 meses e mensal

3,61 Bi

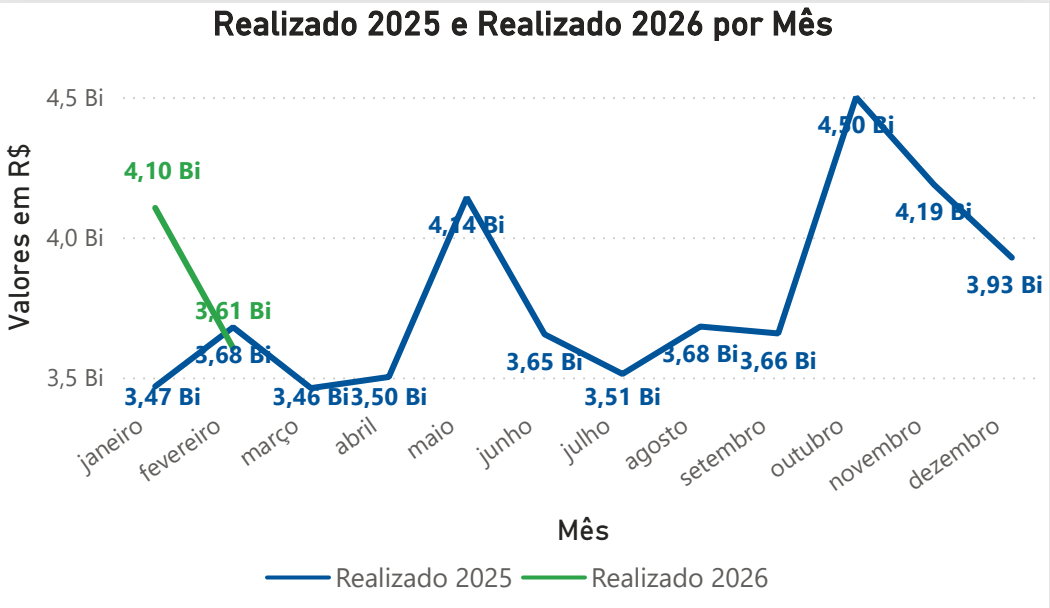
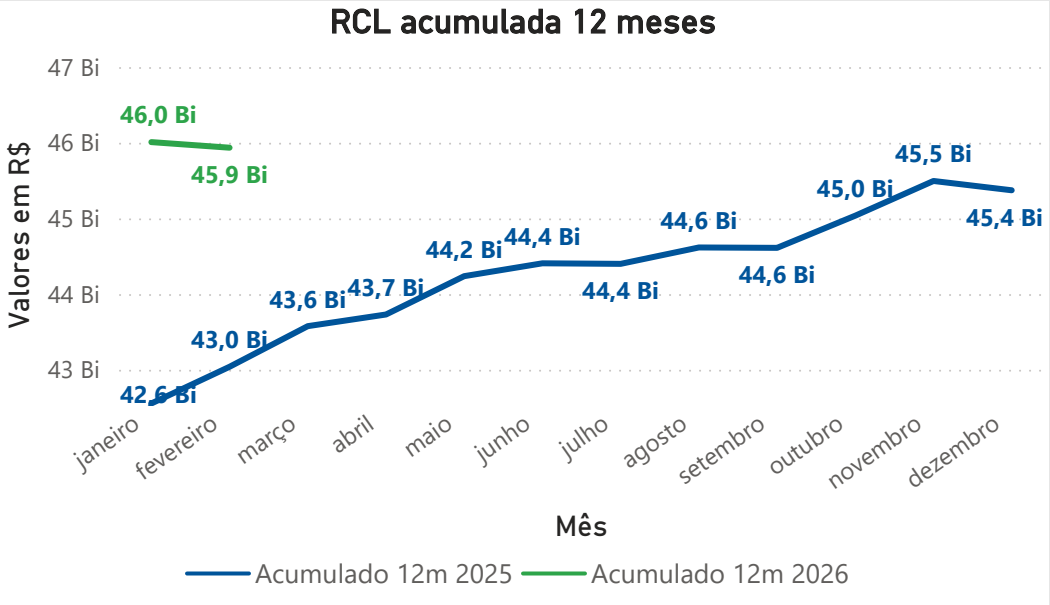
Realizado em fevereiro
(Valor mensal)

45,93 Bi

Realizado em fevereiro
(Acum.12 meses)

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 12m. 2025	Acumulado 12m. 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) 12m Acumulado
janeiro	3.468 Mi	4.105 Mi	42.554 Mi	46.007 Mi	▲ 18,35%	▲ 8,12%
fevereiro	3.679 Mi	3.605 Mi	43.039 Mi	45.934 Mi	▼ -2,01%	▲ 6,73%
março	3.462 Mi		43.575 Mi			
abril	3.502 Mi		43.729 Mi			
maio	4.142 Mi		44.236 Mi			
junho	3.654 Mi		44.406 Mi			
julho	3.512 Mi		44.399 Mi			
agosto	3.681 Mi		44.615 Mi			
setembro	3.657 Mi		44.610 Mi			
outubro	4.499 Mi		45.035 Mi			
novembro	4.188 Mi		45.494 Mi			
dezembro	3.927 Mi		45.371 Mi			

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos principais indicadores das finanças públicas, utilizada, entre outros fins, para monitorar o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à Despesa com Pessoal. Para o mês de **fevereiro** de 2026, a RCL acumulada nos últimos 12 meses foi de **R\$ 45,93** bilhões, crescimento de **6,73%** na comparação com o mesmo período do ano anterior.



Despesa com Pessoal sobre a RCL*

Comparativo anual - Apenas Executivo

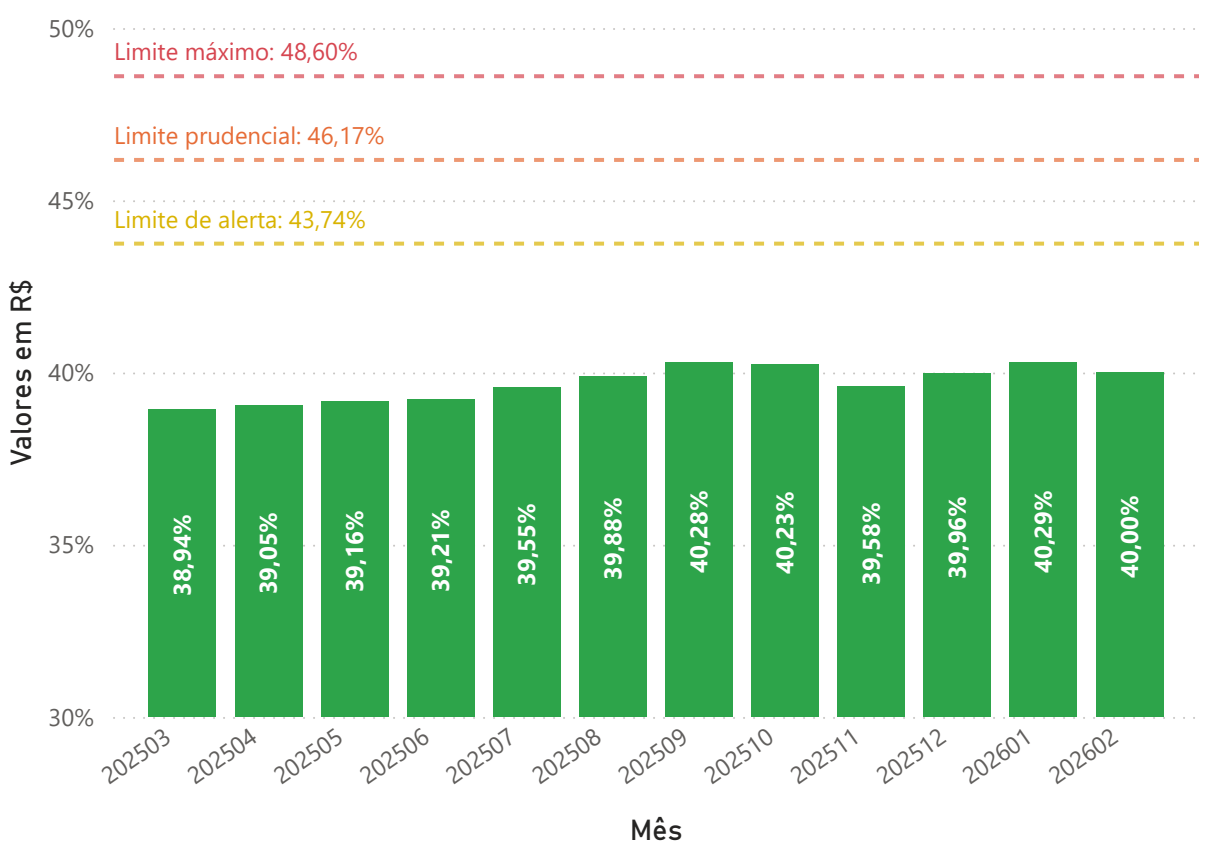
18,14 Bi

Realizado em fevereiro
(Valor mensal)

40,29%

Realizado em fevereiro
(Acum.12 meses)

Ano (Mês)	Despesa com Pessoal (DTP) Acumulada 12m	Receita Corrente Líquida Ajustada Acumulada 12m	DTP sobre RCL ajustada
202602	18.138,54 Mi	45.360,61 Mi	40,00%
202601	18.273,85 Mi	45.360,61 Mi	40,29%
202512		45.360,61 Mi	39,96%
202511		45.425,08 Mi	39,58%
202510		44.966,57 Mi	40,23%
202509		44.541,37 Mi	40,28%
202508		44.546,39 Mi	39,88%
202507		44.329,87 Mi	39,55%
202506		44.334,41 Mi	39,21%
202505		44.154,07 Mi	39,16%
202504		43.644,67 Mi	39,05%
202503		43.490,75 Mi	38,94%



A 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) trouxe uma mudança significativa na apuração da Despesa Total com Pessoal (DTP) para fins de verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta nova edição, os contratos com Organizações Sociais (OS) foram excluídos da base de cálculo da DTP. Em fevereiro de 2026, a despesa acumulada em 12 meses totalizou **R\$ 18,27 bilhões**. Considerando a Receita Corrente Líquida Ajustada para limites de DTP de R\$ **45,36 bilhões** no período, o índice DTP/RCL ficou em **40,29%**. Este resultado situa o Estado abaixo do Limite de Alerta (**43,74%**).

* Valores representam uma estimativa.

Disponibilidade de Caixa

Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida - Apenas Executivo

7,37 Bi

Realizado em fevereiro

DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2026

12,29 Bi

Realizado em fevereiro

DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2025

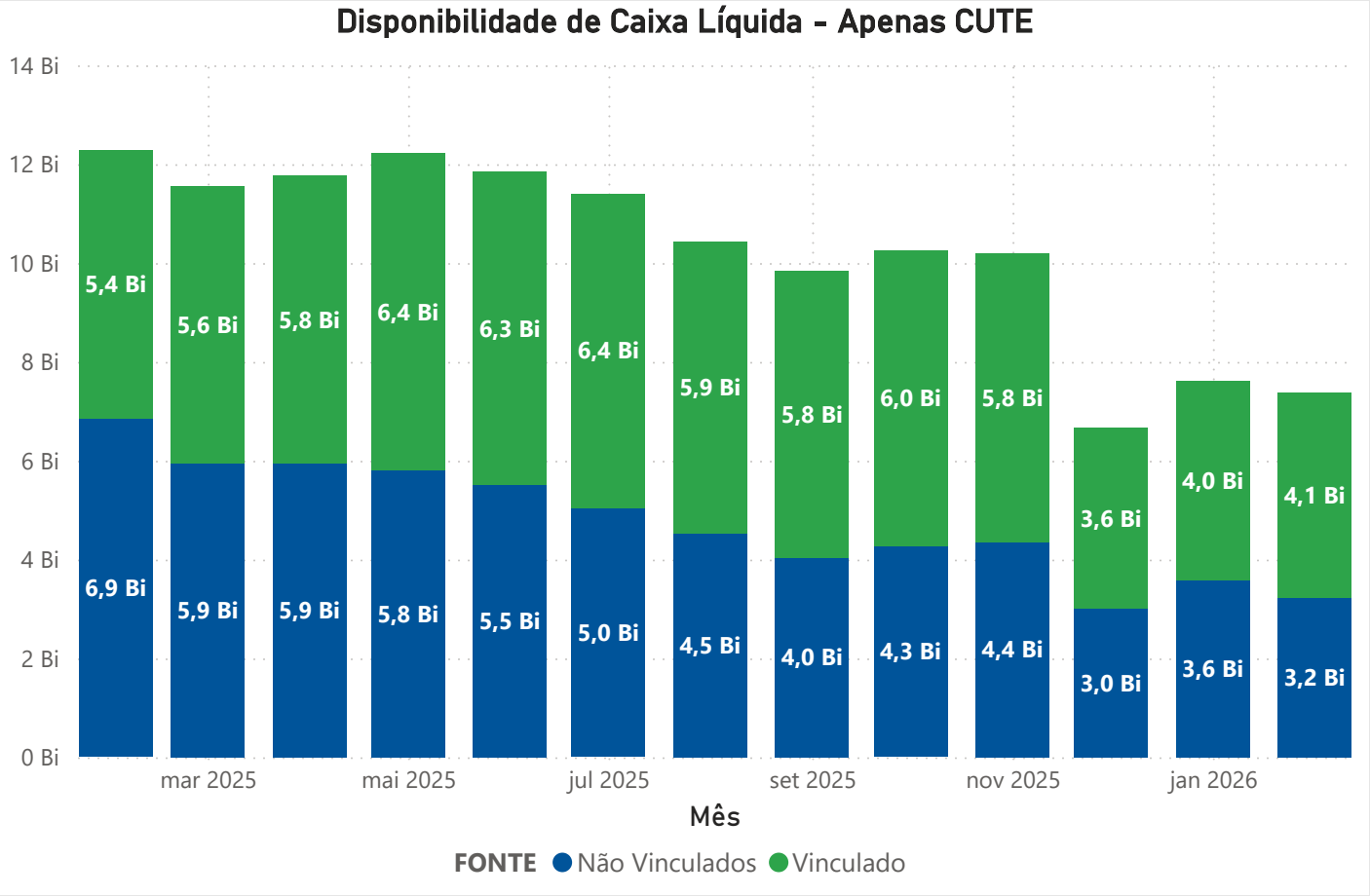
-40,00%

VARIAÇÃO (%)

FONTE	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilid e Caixa bruta fora CUTE (b)	Restos a Pagar (c)	Outras Obrigações Financeiras (d)	Disp. de caixa líquida da CUTE (a-b-c-d)
Vinculado	8.122,18 Mi	2.680,32 Mi	995,87 Mi	302,42 Mi	4.143,57 Mi
Não Vinculados	4.892,46 Mi	897,39 Mi	687,70 Mi	79,40 Mi	3.227,98 Mi
Total	13.014,64 Mi	3.577,71 Mi	1.683,57 Mi	381,82 Mi	7.371,54 Mi

O painel apresenta a Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida do Poder Executivo no período de fevereiro de 2026. A Disponibilidade de Caixa Bruta alcançou **R\$ 13,01 bilhões**. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) **R\$ 3,58 bilhões**, dos Restos a Pagar **R\$ 1,68 bilhões** e de outras obrigações financeiras **R\$ 383,44 milhões**, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou **R\$ 7,37 bilhões**.

Além disso, observa-se que a Disponibilidade de Caixa Líquida apresentou uma redução de **-40,00%** em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizava **R\$ 12,29 bilhões**.





RONALDO RAMOS CAIADO
Governador do Estado de Goiás

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
Secretário de Estado da Economia

RENATA LACERDA NOLETO
Secretária-Adjunta

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA
Subsecretário do Tesouro Estadual

JULIANA CAMILO MANZI PORTO
Superintendente Financeira

PAULO ROBERTO SCALCO
Gerente de Projeções e Análises Fiscais

MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR
Subsecretário Central de Orçamento

WAYSER LUIZ PEREIRA
Subsecretário da Receita Estadual

DEIBE PAIVA LIMA
Superintendente de Informações Fiscais

MARCELO DE MESQUITA LIMA
Superintendente de Controle e Auditoria

FABIANO GOMES DE PAULA
Superintendente de Recuperação de Créditos

GUSTAVO HENRIQUE DOS REIS CARDOSO
Superintendente de Fiscalização Regionalizada

MARINA TORRES PACHECO
Gerente de Integração e Análise de Dados

FERNANDO CÉSAR GANZER
Gerente de Combustíveis

NIXON WANDER GENTIL RAMALHO
Gerente de Substituição Tributária

HELBER RICARDO DE OLIVEIRA
Gerente de Auditoria de Indústria e Atacado

ROBERTO GONÇALVES DE CASTRO
Gerente de Auditoria de Varejo e Serviços

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DOS SANTOS
Gerente de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA

RODRIGO DE PAULA SILVA
Gerente do ITCD

JORGE ARÊAS DIMARIA DA SILVA
Gerente do IPVA

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Henrique Barros Lemos – GIAD
Leandro Bueno Chaves - GIAD
Ramon Raito Philot Mathias - GIAD
Graciela Aparecida Profeta - GEPAF
Luiz Batista Alves - GEPAF
Natanael Soares Leite – GEPAF
Raphael Maciel de Lima – GEPAF



**Secretaria de
Estado da
Economia**

